



associação do porto
de paralisia cerebral



ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2016

APPC PORTO

Rua Delfim Maia, 276
4200-253 Porto
T. 225 573 790
direcaoporto@appc.pt

APPC GONDOMAR

R. D. Francisco D'Almeida, 153
4420-425 Gondomar
T. 224 641 531
direcaogondomar@appc.pt

APPC CENTRO DE REABILITAÇÃO

Alameda de Cartes, 192
4300-008 Porto
T. 225 191 400
direcaocentrodereabilitacao@appc.pt

ÍNDICE

ATIVIDADES LEGISLATIVAS.....	5
ATIVIDADES CIENTÍFICAS E DE INVESTIGAÇÃO.....	6
QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DAS PRÁTICAS DE TRABALHO.....	7
ATIVIDADES PROMOTORAS DA INCLUSÃO.....	9
EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	13
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	15
DIA NACIONAL DA PARALISIA CEREBRAL.....	17
ESTRUTURA ORGANIZATIVA E RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO.....	18
CONTAS.....	21
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	30
PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS.....	33
Anexo 1.....	37
CAPÍTULO I PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	38
CAPÍTULO II AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS.....	43
CAPÍTULO III ANÁLISE ESTATÍSTICA REGISTOS DE MELHORIA CONTÍNUA.....	46
CAPÍTULO IV RECURSOS HUMANOS.....	51
CAPÍTULO V MEIOS E MATERIAIS	54
CAPÍTULO VI LEGISLAÇÃO.....	56
CAPÍTULO VII ABREVIATURAS	57

“ (...) a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com as outras pessoas;”

In Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Em 2016 concluiu-se o 2º ano do triénio estabelecido para o cumprimento do plano estratégico de 2015-2017, pelo que mais uma vez, a Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC) procurou corresponder às expetativas dos seus clientes, famílias, parceiros, financiadores, associados, colaboradores e voluntários, nomeadamente aumentando a partilha e divulgação das iniciativas realizadas ao longo do ano, possibilitando uma maior visibilidade através das redes sociais digitais e dos meios de comunicação social.



APPC

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

A presença em variadas iniciativas legislativas e de caráter científico, em torno de questões como as dimensões de vida das pessoas com deficiência, os seus direitos e deveres e a Convenção das Nações Unidas para os Direitos das pessoas com deficiência, permitiu à APPC apresentar o seu ponto de vista, fazendo defesa dos seus valores e políticas.

Neste sentido colaborou na dinamização do Simpósio Comemorativo dos 10 Anos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que se realizou no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Lisboa, iniciativa, promovida pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos. De igual relevância a presença na Conferência Parlamentar sobre “Necessidades Educativas Especiais - Deficiência e Escolaridade Obrigatória - quais os desafios?” na Sala do Senado da Assembleia da República, onde se efetuou uma reflexão em torno da problemática da Educação Especial, assim como no 12.º Congresso Nacional de Intervenção Precoce, sob o tema “Práticas recomendadas para a Intervenção Precoce na Infância”, com a apresentação do poster “Plano Individual de Intervenção Precoce: a Funcionalidade dos Objetivos”. Esta última participação resultou do trabalho das duas equipas locais de intervenção precoce da APPC que, integrando o Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância, intervêm desde 2015 no concelho de Gondomar e na metade oriental da cidade do Porto, em cooperação transdisciplinar com outros profissionais da saúde e da educação.

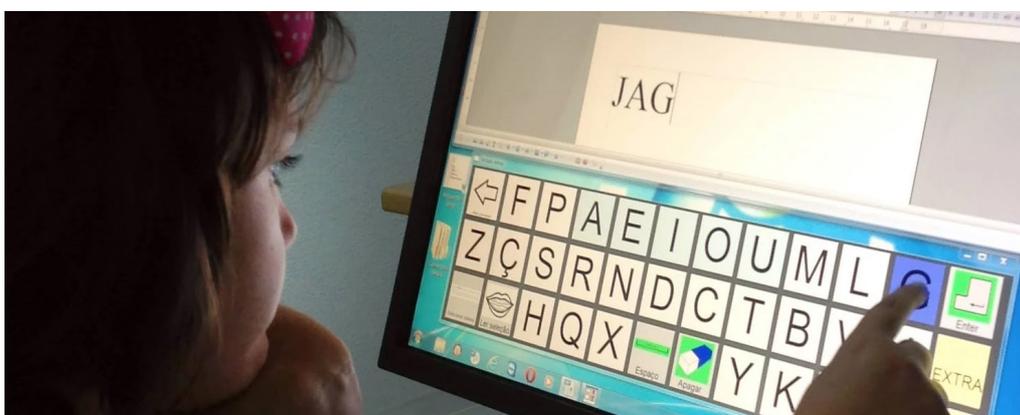
Igualmente, o Centro de Recursos para a Inclusão da Associação do Porto de Paralisia Cerebral em colaboração com o Centro de Reabilitação de Gaia e a Direção Geral de Educação (Ministério da Educação), deu forma e conteúdo às brochuras que integram a publicação “Necessidades Especiais de Educação” publicadas em 2015, através de participação dos seus profissionais nos webinars: “O Papel dos terapeutas nos CRI” e “NEE - O Psicólogo do CRI em contexto escolar”, que foram emitidos durante 2016 e que se encontram disponíveis na página web da Direção Geral de Educação. Neste domínio, o CRI colaborou ainda durante 2016 disponibilizando os formadores das “Jornadas de Reflexão Educação Inclusiva: Utopia ou Imperativo”, iniciativa da Comissão de Acompanhamento dos Centros de Recursos para a Inclusão, presidida pela Direção Geral de Educação. A Associação do Porto de Paralisia Cerebral foi parceira do Centro de Reabilitação de Gaia na dinamização destas jornadas, que tiveram como destinatários os Agrupamentos de Escolas, encarregados de educação e CRIs de todo o país. Estas jornadas permitiram disseminar uma apropriação consolidada do modelo de educação inclusiva, dos seus pressupostos e dinâmicas de trabalho, bem como dos desafios colocados à implementação, mobilizando os diversos atores intervenientes para o desenvolvimento de práticas colaborativas, centradas nas aprendizagens e desenvolvimento dos alunos.

ATIVIDADES CIENTÍFICAS E DE INVESTIGAÇÃO

No domínio da ciência e da investigação na paralisia cerebral, a APPC manteve a colaboração regular com o Programa Nacional de Vigilância da Paralisia Cerebral, da responsabilidade da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral, notificando as crianças nascidas com paralisia cerebral, pela enorme importância que reconhece ao programa até no delinear das políticas e serviços futuros para as pessoas com paralisia cerebral em Portugal.

Mas procurou alargar o seu leque de conhecimento associando-se a novos parceiros dos quais se destacam em 2016 o Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA), cujo protocolo de colaboração permitiu que três alunos do IPCA desenvolvam projetos específicos para pessoas com necessidades especiais e a Associação Fraunhofer Portugal Research para a conjugação de contributos para a inovação de produtos tecnológicos nos domínios da comunicação e da informação para a promoção da autonomia e qualidade de vida de pessoas com deficiência. Neste domínio específico das soluções de comunicação, a parceria com a Fundação PT possibilita o contínuo desenvolvimento colaborativo de tecnologia como o PT Magic Keyboard, uma solução que complementa o PT Magic Key ou o PT Magic Eye para um acesso total ao computador através de movimentos da cabeça ou do olhar. O PT Magic Keyboard apresenta teclados dinâmicos que respondem, a cada momento, às necessidades do utilizador, sendo totalmente configuráveis. Para as pessoas que não conseguem utilizar os membros superiores para interagir com o computador, estes softwares promovem o acesso mais fácil a todas as aplicações de um computador vulgar. Em resultado desta parceria, no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto, o Serviço de Tecnologias de Apoio para Comunicação e Acesso à Informação (STA) organizou um Workshop “Magic Keyboard”, para dar a conhecer algumas das potencialidades, diferentes funcionalidades e possibilidades de personalização desta “ferramenta” informática a pais, professores e terapeutas.

O STA da Associação do Porto de Paralisia Cerebral tem vindo a desenvolver, de forma cada vez mais abrangente, as suas práticas com vista à promoção da utilização destas “ferramentas” de comunicação e acesso à informação. Recentemente o STA alargou os seus serviços, prestando também consultoria, avaliação e adaptação da tecnologia a novos clientes (fora do âmbito clínico da paralisia cerebral). Neste âmbito são atendidos clientes que façam uma candidatura a este serviço, independentemente do seu diagnóstico clínico, desde que apresentem condições que restrinjam a atividade nas áreas da comunicação e do acesso à informação que estejam a limitar a sua participação nos diferentes contextos de vida.



QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DAS PRÁTICAS DE TRABALHO

Em 2016 também se impulsionou o desenvolvimento da qualificação dos profissionais e das práticas de trabalho na APPC.

Procurando melhorar os seus serviços, em correspondência com o objetivo estratégico de contribuir para a qualidade e a satisfação com a vida das pessoas com paralisia cerebral, mas também das pessoas que, por qualquer razão, possuam limitações à sua participação no contexto de vida, a APPC, em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, reuniu cerca de seis dezenas dos seus profissionais na conferência “Intervir para a Qualidade de Vida”, em junho deste ano. A cargo do Professor Doutor José Luís Pais Ribeiro, investigador e autor de inúmeras publicações nacionais e internacionais, esta conferência possibilitou aumentar o conhecimento sobre a temática da Qualidade de Vida, e iniciar um processo de auto-formação que se alargou pelo segundo semestre deste ano, com diversas sessões formativas para os colaboradores, desta feita acerca do modelo de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde, preconizado nos serviços da APPC.



No referente à capacitação das suas práticas, a APPC participou no programa de qualificação das ONG “para a avaliação do Impacto Social”, promovido pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) e a Fundação Montepio. A formação permitiu a aplicação do Social Return on Investment (SROI) ao Centro de Recursos para a Inclusão da APPC. O SROI permite uma análise custo-benefício do valor social gerado pela intervenção de uma organização/projeto. Esta avaliação permitiu corroborar mudanças advindas da atuação do CRI junto dos alunos, famílias e agentes educativos, bem como identificar novas mudanças - algumas das quais negativas, ainda assim fulcrais para a melhoria contínua do serviço. A Conferência Impacto Social foi o culminar de seis meses de capacitação de 10 organizações da Economia Social, sendo naturalmente uma delas a APPC.

O Plano de Formação da APPC desenhado a partir do levantamento das necessidades formativas com e para todos os profissionais, mas também cuidadores e voluntários, em 2016 consubstanciou-se em 3.665 horas de formação, das quais 1.400 foram dedicadas à qualificação dos ajudantes de ação direta, no que diz respeito ao desenvolvimento das suas tarefas de apoio de terceira pessoa, e 1.625 horas para os técnicos versando as mais variadas temáticas da intervenção.

No que diz respeito aos contributos para a formação e informação dos cuidadores informais, nomeadamente pais de pessoas com deficiência, em 2016 destacam-se as sessões dinamizadas no âmbito da Academia de Pais, programa dinamizado anualmente a partir das necessidades de formação e aprendizagens, identificadas pelos pais e outros cuidadores. Durante o ano, destaque para as ações de informação subordinadas às temáticas da “Segurança Doméstica e Primeiros Socorros”, “Viva Melhor: casa segura e livre de obstáculos” e “da “Educação Inclusiva - que desafios?”, explorando o tema a partir do pressuposto que a educação é uma preocupação de todos e para todos - reconhecendo as dificuldades e desafios que o modelo de Educação Inclusiva ainda implica e refletindo sobre as fragilidades e potencialidades. Nestas sessões, especialmente dedicadas aos pais e outros elementos da família, participam igualmente colaboradores, clientes e voluntários e as iniciativas tendencialmente devem aumentar no próximo ano, de modo a corresponder satisfatoriamente ao objetivo estratégico de qualificação dos cuidadores.

ATIVIDADES PROMOTORAS DA INCLUSÃO

No que concerne à realização de iniciativas promotoras da inclusão das pessoas com deficiência, o Grupo de Teatro Era Uma Vez..., o Desporto de alta competição e a música dos appSound, desempenham um papel fundamental.

Assim em 2016, destacam-se a participação da companhia de teatro no IV Fórum de Teatro Amador, iniciativa promovida pela Federação das Coletividades do Distrito do Porto, “Novo Acto, Associação de Artes Performativas” e “Bambolinas e Trambolhos, Grupo de Teatro”. Apresentando uma intervenção centrada no “Teatro Inclusivo”, o grupo de teatro Era uma vez...fez-se representar pelos atores Paulo Fonseca, Patrícia Vitorino e Luís Bamonde, que participaram de forma muito ativa na discussão das temáticas deste fórum.

Por ocasião das comemorações do Dia Europeu da Criatividade Artística, a companhia “Era uma vez... Teatro” (da Associação do Porto de Paralisia Cerebral) dinamizou um “jogo” de Teatro Invisível nas estações de Metro da Trindade e de Campanhã. O objetivo desta ação realizada hoje, 21 de março, centrava-se na sensibilização do público em geral para as capacidades artísticas das pessoas com deficiência. A companhia “Era uma vez... Teatro” recriou situações reais, “provocando” os espectadores e obrigando-os a participar ativamente numa representação. A iniciativa teve um considerável impacto junto da sociedade portuguesa. Nesta iniciativa contamos com a cumplicidade da empresa “Metro do Porto”.



A tarde de 12 de setembro, quarto dia de competição dos Jogos Paralímpicos Rio 2016, ficou marcada pela conquista da Medalha de Bronze por parte da equipa portuguesa

em Boccia BC1-BC2. A equipa composta por Abílio Valente (atleta da APPC), António Marques, Cristina Gonçalves e Fernando Ferreira, conquistou a Medalha de Bronze derrotando a Argentina por 6-2.; Abílio Valente trouxe ainda duas medalhas de ouro do Dubai. Depois da conquista do título coletivo no “Fazza World Open 2016”, disputado no Dubai, Abílio Valente arrecadou mais uma Medalha de Ouro, desta feita nas provas individuais. Pelos feitos, os atletas paralímpicos receberam o título de Comendadores da Ordem de Mérito.

A prática do boccia mantém-se em alta na APPC e exemplo disto é a delegação constituída por trinta pessoas, que participou, no Pavilhão Municipal da Maia, de forma muito condigna no Campeonato de Boccia (Pares e Equipas) Fase Regional da Zona Norte. Nas três divisões em disputa, os atletas da APPC conseguiram vencer duas medalhas de Ouro e uma de Prata. Também no Campeonato Nacional de Boccia se confirmaram os “créditos” dos atletas da Associação do Porto de Paralisia Cerebral (APPC), assinalando-se mais um campeão nacional desta instituição. Ricardo Moutinho sagrou-se Campeão Nacional de Boccia (Individual BC1), trazendo mais um título para a APPC. Mas, para além do resultado de Ricardo Moutinho, há também a destacar as prestações de outros atletas da APPC. Abílio Valente, Avelino Andrade, Bruno Ribeiro, Roberto Ferreira, Armando Costa, Fernando Pereira e Tiago Teixeira conseguiram, de igual forma, resultados relevantes em representação da Associação do Porto de Paralisia Cerebral. De salientar que para todo este sucesso, muito tem contribuído o empenho dos jogadores e treinador, apoiados pelos colaboradores da APPC e pelos imprescindíveis voluntários que todos os dias acompanham os treinos.

Mas não é o Boccia o único desporto que mantém a atenção do público na temática da paralisia cerebral. Também os atletas da Seleção Nacional de Triciclismo estiveram em Frederiksberg (Dinamarca), para participarem no 3.º CPISRA Open European Championship e no Campeonato Nacional de Tricicleta, prova realizada na Pista de Atletismo Municipal Prof. Moniz Pereira, em Lisboa, veio confirmar os créditos (e sucessos de provas anteriores) conseguidos pelos atletas da APPC. Das 12 provas em disputa, destaque inquestionável para o “invicto” João Lomar, atleta da APPC, que conquistou o primeiro lugar em todas as quatro competições da sua classe (RR2). Ainda em RR2, a realçar a participação de Alírio Almeida (APPC), com um 3.º lugar. Nas quatro provas da classe RR1, Aureliano Lima, também atleta da APPC, conseguiu um 11.º lugar e três segundas posições.



A manhã de 26 de Janeiro foi, no Infantário “A Fisga”, algo diferente do habitual... A atuação da banda “appSound” da Associação do Porto de Paralisia Cerebral foi a proposta matinal, para um público que rondou as sete dezenas de crianças.

Continuando com o projeto de divulgação da produção musical dos “appSound” junto de públicos diversificados, desta vez o destino foi a freguesia de Rio Tinto e um público marcadamente jovem. O concerto da banda “appSound”, composta por clientes da Unidade Residencial e do Centro de Atividades Ocupacionais foi, como sempre, coordenado e dinamizado pelo professor Indy Paiva. Apresentando temas originais e algumas “covers”, a atuação dos “appSound” no Infantário “A Fisga” gerou grande envolvimento e participação do público. A banda “appSound” é composta por Bruno Francisco (voz), Pedro Castro (teclas), Paulo Fonseca (aplicações digitais) e Indalécio Paiva (guitarra e vozes). Nesta atuação contaram ainda com a colaboração dos convidados, e voluntários na APPC, Filipe Paiva (piano) e Laurentino Alves (percussões).

A expressão “appSound” surgiu da “fusão” das palavras “app” (aplicação) e “Sound” (som), dado que usa aplicações de dispositivos eletrónicos para compor a música. Os objetivos da banda centram-se na produção musical original e contemporânea, assim como na divulgação criativa e artística de trabalhos realizados por pessoas com Paralisia Cerebral.

Mas também se contabilizaram outras iniciativas que foram, direta ou indiretamente, promotoras da inclusão, sendo a mais relevante delas, no ano que passou, o “Campus Artístico”. Ponte de Lima acolheu, entre 5 e 11 de setembro, a 5.ª edição do “Campus Artístico”, uma parceria da APPC com o Centro de Reabilitação de Ponte de Lima da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental e que teve o apoio do Instituto Nacional para a Reabilitação. Foram sete dias de criação, na sensibilização e promoção de projetos artísticos, de e com pessoas com deficiência. Da cooperação entre profissionais e amadores resultou, durante toda a semana de duração do “Campus”, o estabelecimento de novos e cada vez mais fortes “diálogos” artísticos. Nesta iniciativa participaram 110 pessoas, de Norte a Sul do país, quer a título individual, quer em representação de outras instituições nacionais. Todos, em conjunto, “procuraram” novas linguagens quanto à intervenção e à diversidade para a inclusão nas artes. No final, balanço claramente positivo.

Igualmente o programa “DEsENVOLVE-TE”, ao longo de seis semanas, destinado a crianças e jovens com necessidades especiais de suporte, procurou criar respostas, durante as férias de verão, para clientes dos serviços do Centro de Reabilitação e Centro de Recursos para a Inclusão, em estreita parceria com o Centro de Atividades de Tempos Livres. Dinamizado pelas equipas destes serviços, foi cofinanciado pelo Instituto Nacional de Reabilitação e contou com a colaboração de voluntários, ajudantes de ação direta e ajudantes de ocupação. Contribuindo para a partilha de experiências diversificadas entre as crianças e jovens apoiadas na APPC e várias estruturas da

comunidade, criaram-se oportunidades efetivas de interação, socialização e autode-terminação.

“Práticas Educativas para a Inclusão”, assim se designava a iniciativa promovida pela APPC que contou com a participação de um grupo de alunas do Mestrado de Ciência da Educação da Escola Superior Paula Frassinetti. O objetivo do encontro era promover a reflexão sobre a educação e a inclusão, corresponsabilizando todos os seus agentes (estudantes, professores, profissionais e toda a comunidade). Houve debate e partilha de conhecimentos entre educadores, professores, profissionais e clientes da APPC, sobre as boas práticas e perspetivas pedagógicas para a inclusão, refletindo-se ainda sobre a evolução da Educação Especial e a intervenção em Paralisia Cerebral. Foram intervenientes ativos no debate a Inês Braga e o António Magalhães, pela vasta experiência pessoal nestas matérias.

Novos parceiros como a Fundação Cupertino de Miranda, permitem manter este movimento de inclusão e capacitação dos contextos de vida, nomeadamente pela criação e disponibilização de programas de educação financeira para os clientes da APPC e respetivas famílias.



APPC

EMPREGO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A aposta no emprego, qualificação e formação profissional das pessoas com paralisia cerebral tem vindo a aumentar os seus resultados e desta feita, para além da formação propriamente dita, o Centro de Recursos para o Emprego da APPC congrega a missão do Gabinete de Inserção Profissional (especializado na difusão da oferta de empregos para a população com deficiência) e os programas de Informação, Avaliação, Orientação para a Qualificação e Emprego, de Apoio à Colocação e de Pós-colocação em Emprego (IAOQE) de pessoas com deficiência. Em 2016 foram 133 pessoas que frequentaram a medida IAOQE e 14 pessoas, a medida de Apoio à Colocação em emprego.

No que respeita à formação profissional, no mês de abril foram entregues os diplomas de ações de formação realizadas na APPC. A cerimónia juntou ex-formandos, familiares, atuais alunos em ações de formação, equipa de formadores e responsáveis dos órgãos sociais da APPC.

Mais que uma “mera” entrega de certificados de formação, esta cerimónia possibilitou o (re)encontro entre os antigos formandos, respetivos formadores e, também, familiares (que, durante largos meses, acompanharam as ações de formação). Abílio Cunha, Presidente da Direção da APPC, elogiou a dedicação do grupo de formandos, salientando que “finalizaram um passo importante na formação profissional e pessoal”, algo que, eventualmente, “pode abrir novas oportunidades de emprego” - destacando que a vertente do emprego “é uma área à qual a APPC tem dado uma constante e crescente importância”. Foram certificados os formandos do curso de Operador de Informática e do curso de Assistente Administrativo. Estes são cursos profissionais, com a duração de 3.600 horas, financiados pelo POPH (Programa Operacional de Potencial Humano). Compareceram também os atuais formados dos três cursos profissionais que estão a decorrer.

Mas outras iniciativas neste eixo merecem especial destaque, sendo que uma delas no âmbito do módulo de “Cidadania e Empregabilidade”, levou os formandos dos cursos de Assistente Administrativo, Operador de Armazenagem e Operador de Informática, numa visita de estudo à Assembleia da República, que se realizou a partir da sugestão dos próprios. Vivenciar na prática os conteúdos de cidadania, participação cívica e democrática, foram uma experiência considerada muito positiva por todos e ainda mais porque, na sessão plenária da AR, o debate e votação dessa manhã foi dedicado aos projetos de resolução relativos ao acesso e inclusão dos estudantes com necessidades educativas especiais, no Ensino Superior.

O crescente impulso interno da formação profissional e emprego das pessoas com deficiência, conduziu ao reconhecimento da APPC como um dos interlocutores cuja experiência nestas matérias deve ser partilhada. Nessa medida, a APPC foi uma das três instituições convidadas a apresentar “testemunho” na terceira sessão de um conjunto de debates no âmbito do

projeto “O Estado da Arte da Formação Profissional e Emprego de Pessoas com Deficiências e Incapacidades”, promovidas pela FORMEM. Igualmente esteve presente no 3.º Congresso Nacional da Formação Profissional designada “Pensar a Formação” onde a partilha de opiniões, experiências e conhecimentos dos especialistas da área da formação profissional em Portugal se fez entre os cerca de 500 congressistas que marcaram presença no auditório do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Neste congresso, a Gestora da Formação da APPC apresentou a comunicação “Prática em Contexto de Trabalho dos Cursos Profissionais de Formação Inicial”.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

A APPC tem acolhido a responsabilidade social das empresas e o reconhecimento do seu impacto positivo na melhoria das condições de vida das populações em situação de vulnerabilidade, particularmente as que possuem deficiência e em especial as com paralisia cerebral, com a certeza de que este reconhecimento pode contribuir para o aparecimento de mais e melhores respostas sociais, no seio da organização.

Assim em 2016, concorreu e foi distinguida com o diploma de Reconhecimento pelas suas Práticas de Responsabilidade Social, numa iniciativa promovida pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), na segunda edição do Programa de Reconhecimento de Práticas de Responsabilidade Social, com o apoio da Associação Industrial Portuguesa, Confederação Empresarial de Portugal, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação) e Fundação Montepio. Na edição deste ano foram admitidas um total de 24 organizações, com e sem fins lucrativos. A APPC foi distinguida nos projetos “APPC Plena de vida” (na categoria Trabalho Digno e Conciliação), “Defender a Cidadania - Direitos, Deveres, Participação e Igualdade” (na categoria Direitos Humanos) e “Somos o que partilhamos” (na categoria Comunidade).

Também a convite da Câmara Municipal de Esposende, no Encontro das Autarquias e Setor Social, iniciativa subordinada ao tema “Perspetivas Locais: Os Modelos de Gestão e de Inovação”, a APPC esteve presente e partilhou as suas práticas no painel dedicado ao setor social e subordinado ao tema “Acréscimo de valor às Respostas Sociais”. Fruto do reconhecimento do valor social acrescentado pela APPC, o Grupo Montepio quis associar-se através do seu movimento de voluntariado nacional e em maio, juntou mais de 30 voluntários Montepio na pintura e ajardinamento dos espaços do Centro de Reabilitação. A visita de trabalho do Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral ao Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto, permitiu um estreitar do conhecimento entre as entidades, quer ao nível do posicionamento estratégico, quer ao nível das práticas de trabalho, tendo ficado aberto o caminho para uma maior e mais aproximada colaboração. Mas mais entidades escolheram a APPC como organização de acolhimento da sua política de responsabilidade social e a empresa gondomarense Argon,Lda apoiou financeiramente a APPC, permitindo-lhe investir na melhoria de equipamentos na Villa Urbana. Igualmente o Grupo Auchan, através da sua loja Jumbo Gondomar apoiou o projeto “APPC Playground” com um valor financeiro que permitiu equipar um espaço com a tecnologia necessária para intervir nas áreas da educação digital para os alunos dos 6 aos 12 anos com necessidades adicionais de suporte, na educação alimentar para as famílias, bem como no apoio à empregabilidade de jovens e adultos com deficiência.

A responsabilidade social da APPC enquanto entidade com reconhecidas práticas de inovação na economia social, tende a ser programada anualmente num conjunto de iniciativas que visam a sensibilização e a consciencialização da comunidade para as temáticas da paralisia cerebral, particularmente no que respeita à redução de barreiras físicas e ambientais, com especial incidência no que concerne a eliminação de atitudes e comportamentos segregadores ou de exclusão.

Assim neste conjunto de iniciativas destacam-se em 2016 a colaboração com a Entajuda (Apoio a Instituições de Solidariedade Social), fazendo chegar equipamentos informáticos a outras instituições sociais do país, a demonstração de desporto adaptado no Colégio Alemão do Porto para alunos e famílias com o contributo de atletas federados, o apoio à criação da ASAD - Associação Social de Apoio à Deficiência no Município de Mondim de Basto, quer pela dinamização da conferência “A Pessoa com Deficiência: uma abordagem integral” quer pela qualificação da senhora Presidente desta instituição, ao longo de nove meses de estágio profissional na APPC. Ainda a participação com um grupo de pessoas com deficiência e de profissionais no desafio lançado pela Senhora Provedora dos Cidadãos com Deficiência da Câmara Municipal do Porto, para debater problemas e apresentar soluções para uma efetiva acessibilidade, autonomia e independência nos transportes públicos do Porto, tendo em conta as necessidades especiais das pessoas com diversidade funcional. A APPC juntou-se assim ao grupo constituído por representantes dos setores dos transportes públicos, da Direção Municipal de Planeamento Urbano, e de elementos de associações congéneres. Neste encontro apresentou algumas propostas, como a de criação de um perfil de voluntariado que permitisse facultar apoios de terceira pessoa em alguns percursos de transportes, disponibilizando igualmente a formação necessária para a qualificação dos trabalhadores das empresas de transportes ou voluntários no atendimento a pessoas com paralisia cerebral ou situações neurológicas afins.



DIA NACIONAL DA PARALISIA CEREBRAL

No dia 20 de outubro, Dia Nacional da Paralisia Cerebral, a APPC associou-se às comemorações oficiais promovidas pela Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral que anualmente se realizam num ponto do país. Desta feita, deslocou a Beja três elementos em representação da organização e que participaram no painel do emprego e formação de pessoas com paralisia cerebral. Mas não querendo deixar de assinalar este dia, também no Porto, iniciou um movimento de sensibilização da sociedade para as especificidades das pessoas com paralisia cerebral. Designado “eu também sonho...”, este movimento permitiu através das redes sociais, juntar mais e mais pessoas à missão da APPC de apoiar projetos de vida. Assim a partir do dia 20 de outubro de 2016, Dia Nacional de Paralisia Cerebral, teremos todos - clientes, famílias, colaboradores, voluntários e parceiros - a oportunidade de sonhar. O sonho é uma constante da vida de cada um, independentemente do género, condição, credo ou idade. E porque acreditamos que é sempre possível sonhar, a APPC criou um “álbum fotográfico” com constantes atualizações. Novas imagens, sorrisos, vontades e sonhos. O sonho de cada um de nós poderá fazer da causa da Paralisia Cerebral, uma vontade partilhada por cada vez mais pessoas.

Assim, no Dia Nacional da Paralisia Cerebral e nos restantes dias do ano, seremos cada vez mais a partilhar sonhos.



ESTRUTURA ORGANIZATIVA E RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO

A estrutura organizativa e os resultados do seu planeamento estratégico. A APPC ao longo de 2016 procurou rever todo o seu sistema de gestão da qualidade com o intuito de se apresentar para renovação da certificação dos seus serviços, ao nível de excelência. Para isso procedeu a 3 auditorias internas, a primeira das quais realizada pela equipa interna da qualidade, constituída por 10 elementos com diversas funções na organização. A segunda auditoria realizada por auditor externo convidado, possibilitando a preparação da documentação a remeter ao Equass e finalmente em Novembro a auditoria externa, cujo resultado obtido foi positivo e que permite igualar no nível da excelência Equass todos os serviços da APPC, incluindo o Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral.

A revisão do SGQ implicou a revisão do mapa de processos internos de trabalho, das políticas institucionais e dos indicadores de gestão.



A par desta revisão e fruto da análise dos processos de trabalho, também o Centro de reabilitação iniciou uma reestruturação das suas equipas, de modo a manter a eficácia na resposta às atuais necessidades das crianças, jovens e adultos com paralisia cerebral, respetivos núcleos familiares, a par da renovação das metodologias de trabalho. Estas passaram a centrar-se na família como o principal interveniente do processo reabilitativo/habilitativo e no potencial da criança, face às barreiras ambientais. A classificação internacional da funcionalidade é prática corrente e em toda a APPC procura-se agora introduzir mecanismos de medição da qualidade de vida dos clientes e famílias e a partir daqui registar, analisar e avaliar o impacto dos serviços da APPC, na própria satisfação com a vida dos seus clientes. Nesta renovação mantêm-se a tônica na intervenção precoce em aliança, estabelecendo os necessários pontos de contacto e cooperação entre as equipas que intervêm dos 0 aos 8 anos no Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral e as Equipas Locais de Intervenção (ELI) do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). Esta atuação colaborativa é agora mais efetiva pela razão da participação da APPC no SNIPI através dos técnicos que são parte integrante das ELI de Gondomar e Porto Oriental. Foi reconstituída a equipa dos maiores de 8 anos que passou, a partir deste ano, a focar a sua intervenção no desenvol-

vimento de competências de autodeterminação nos adolescentes, a par do desenvolvimento de programas grupais que promovem a aquisição de novas competências para a participação e a tomada de decisão. Passou a existir uma equipa exclusivamente dedicada à prescrição de produtos de apoio (ajudas técnicas), por a aposta ser no rigor da avaliação das necessidades de cada cliente independentemente da sua idade ou condição de saúde, resultando em prescrições mais exatas. E finalmente uma equipa dedicada a acompanhar a atividade médica no que respeita ao pós-operatório nas crianças e jovens e à aplicação da toxina botulínica para todas as pessoas com paralisia cerebral. É ainda apanágio desta equipa intervir na diminuição/prevenção da dor, quer das pessoas com paralisia cerebral, quer dos cuidadores informais.

O estado degradado do edifício mãe e sede da APPC em Paranhos, tem vindo ao longo destes quarenta anos sido objeto de algumas obras corretivas dentro das possibilidades orçamentais como substituição de caixilharia de janelas ou de telhado. No entanto estas obras não têm impedido o envelhecimento do edificado e nos últimos anos as infiltrações de água e a impossibilidade de aquecer devidamente a casa durante o inverno tem colocado na agenda prioritária da Direção, a que agora cessou funções, mas também das anteriores a necessidade urgente de encontrar uma alternativa para alojar o centro de atividade ocupacionais para 25 pessoas adultas com paralisia cerebral, grande dependentes e que aqui se encontra. Após inúmeras tentativas junto da Câmara Municipal do Porto (proprietária do edifício) mas também junto do Centro distrital de Segurança Social do Porto, no sentido de apoiarem uma mudança temporária de instalações, revelaram-se infrutíferas. Assim em dezembro deste ano, com o novo projeto “Centro Atividades Ocupacionais e Residencial Conde de Campo Bello” (COR CCB), nas especialidades de arquitetura e de segurança já entregues nos serviços de Urbanismo da C.M.Porto para análise e aprovação de construção no terreno cedido em 2013 pela própria autarquia, inicia-se a mudança deste serviço para as instalações do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral do Porto. Esta reinstalação pretende ser transitória, enquanto o novo projeto não é uma realidade.

Por fim, o Plano Estratégico de 2015 a 2017, construído por recurso ao Balanced Score Card, estende os seus vinte e um (21) objetivos estratégicos, expressos em vinte e seis (26) metas e respetivos indicadores, ao longo de quatro (4) perspetivas fundamentais: aprendizagem e desenvolvimento, processos internos, financeira e clientes. No final de 2016, o planeamento estratégico apresenta os resultados que se revelam no anexo 1 e que genericamente podem ser resumidos da seguinte forma - a crescente aposta na formação e qualificação dos recursos humanos permite às equipas atualizar e diversificar a sua intervenção, especialmente nas primeiras idades e nos contextos de vida das crianças e jovens com paralisia cerebral. Por isso neste caso a aposta foi ganha. Mas já nos funcionários com funções de cuidadores diretos e responsabilidades na prestação de “apoio de 3ª pessoa”, a aposta formativa não apresenta grandes mudanças ao nível de saúde no trabalho, nomeadamente no que respeita às baixas por acidentes de trabalho. Infelizmente esta não têm vindo a diminuir, e configuram-se como um problema que terá agravamento, também pelo envelhecimento deste grupo profissional. Ainda assim, as alterações ao nível atitudinal e comunicacional deste grupo profissional perante as necessidades das pessoas com deficiência têm vindo a revelar-se muito positivas, associadas ao maior conhecimento que

possuem acerca da temática da deficiência e da paralisia cerebral em particular, fruto das oportunidades formativas. Estão por iniciar os negócios sociais que se podem configurar como fontes de diversificação do rendimento e por isso do financiamento da atividade da APPC. Ainda assim no que diz respeito à diversificação das fontes de suporte financeiro, os resultados de 2016 apontam para um objetivo em desenvolvimento, devendo manter-se o enfoque na angariação de outras verbas do setor privado, como sejam os donativos, as consignações de IRS, a venda de produtos, as quotizações de associados. No que respeita aos clientes, no desenvolvimento dos respetivos Planos Individuais (PI), considerando a meta de que cada PI deveria concretizar 80% dos objetivos planeados, os resultados obtidos em 2016 apontam para uma percentagem de 49,7%, ou seja dos 901 PI monitorizados, 453 alcançaram com sucesso os seus objetivos individuais . Também os detalhes relativos aos Planos Individuais podem ser apreciados no anexo 1.

No ano que termina algum trabalho foi realizado ao nível da sensibilização dos parceiros para a importância da inclusão numa sociedade moderna mais justa, resultando em 33 parceiros que implementaram ou participaram em iniciativas com este propósito. Mas este é um objetivo que deverá merecer no último ano deste triénio uma atenção especial das equipas e dos serviços, bem como o objetivo de formar os cuidadores informais (pais e outros familiares) para a temática dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência.

Porto, 9 de março de 2017

CONTAS

RUBRICAS	PERIODOS	
	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	5 370 700,51	5 433 706,94
Outros créditos e ativos não correntes	13 527,85	5 512,28
	5 384 228,36	5 439 219,22
Ativo corrente		
Inventários	135,51	98,45
Créditos a receber	60 944,95	62 980,82
Estado e outros entes públicos	33 763,86	49 431,09
Diferimentos	13 852,79	12 229,57
Outras ativos correntes	220 751,66	93 772,83
Caixa e depósitos bancários	79 943,52	28 890,32
	409 392,29	247 403,08
Total do ativo	5 793 620,65	5 686 622,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos	98 693,17	98 693,17
Reservas	50 000,00	50 000,00
Resultados transitados	411 064,00	504 134,16
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	4 191 874,02	4 238 226,40
	4 751 631,19	4 891 053,73
Resultado líquido do período	-25 891,37	-97 141,97
Total do fundo de capital	4 725 739,82	4 793 911,76
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	49 219,47	86 856,46
	49 219,47	86 856,46
Passivo corrente		
Fornecedores	102 634,73	140 101,50
Estado e outros entes públicos	82 136,22	78 831,94
Financiamentos obtidos	74 369,60	63 528,84
Diferimentos	183 330,79	18 889,64
Outras passivos correntes	576 190,02	504 232,16
	1 018 661,36	805 854,08
Total do passivo	1 067 880,83	892 710,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	5 793 620,65	5 686 622,30

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	31/12/2016	31/12/2015
Vendas e serviços prestados	400 987,68	388 504,40
Subsídios, doações e legados à exploração	3 865 984,69	3 810 938,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-18 370,28	-21 151,49
Fornecimentos e serviços externos	-1 001 707,79	-977 011,66
Gastos com o pessoal	-3 338 676,55	-3 343 435,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-6 047,70	-6 489,42
Aumentos/reduções de justo valor	-450,78	
Outros rendimentos	240 879,96	229 204,96
Outros gastos	-6 883,78	-17 897,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	135 715,45	62 662,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-155 247,83	-150 145,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-19 532,38	-87 482,99
Juros e gastos similares suportados	-6 358,99	-9 658,98
Resultado antes de impostos	-25 891,37	-97 141,97
Resultado líquido do período	-25 891,37	-97 141,97

RESULTADOS POR VALÊNCIAS E DE OUTRAS ATIVIDADES		CAO DELFIM MAIA	TRANSPORTES	CAAAPD	LAR RESIDENCIAL MACEDA	CAO AMBULATÓRIO
Conta	Descrição					
71	Vendas					
72	Prestações de serviços	16 266,60	3 298,88	5 226,00	22 740,88	4 907,18
721	Matrículas e mensalidades de utentes	16 266,60	3 298,88	5 226,00	22 740,88	4 907,18
722/8	Outras					
75	Comparticipações e subsídios à exploração	186 387,00	33 844,80	76 060,80	259 842,00	295 451,36
7511	Centro Regional de Segurança Social	186 387,00	33 844,80	76 060,80	259 842,00	295 451,36
7512/9	Outros					
752/8	De outros setores					
76	Reversões					
78	Outros rendimentos e ganhos	798,13		183,54	3 986,60	532,54
79	Juros, Dividendos e outros rend. Similares					
	Subtotal (1).....	203 451,73	37 143,68	81 470,34	286 569,48	300 891,08
61	Custo Mercadorias Vend. Mat. Consumidas					
6121	Géneros alimentares					
6122	Outros					
62	Fornecimentos e serviços externos:	61 711,16	8 450,28	18 390,49	44 037,09	53 435,23
6211	Exploração de refeitórios	14 223,18	174,98	393,38	10 380,59	2 731,64
6212	Sub Contratos					
6221	Trabalhos especializados	2 385,72	421,59	951,03	3 268,38	3 738,70
6222	Publicidade e propaganda	1,51	0,27	0,60	2,06	2,37
6223	Vigilância e segurança	792,89	140,56	315,95	523,65	8,15
6224	Honorários	218,04	2,14	1 534,79	16,39	4 955,34
6226	Conservação e reparação	10 311,95	2 491,24	3 500,95	7 410,06	19 556,18
6227	Serviços bancários	388,55	68,73	154,88	528,65	609,01
6231	Ferramentas e utensílios	482,27	66,10	148,52	266,20	47,49
6232	Livros e documentação técnica	24,09	0,59	1,32	4,49	5,18
6233	Material de escritório	367,01	54,25	149,27	401,90	423,66
6234	Artigos p/oferta					
6235	Material didático					
6238	Outros	14,60	2,58	5,82	19,86	22,88
6241	Eletricidade	4 403,28	780,58	1 754,75	6 974,92	
62421	Gás	785,34	139,24	312,92	789,00	
62422	Gasóleo	10 799,38	1 911,39	2 245,78	829,49	11 975,58
62423	Gasolina					
6243	Água	566,71	100,45	225,83	1 141,66	
6248	Outros					
625	Deslocações, estadas e transportes	169,39	10,08	22,76	77,66	89,46
6261	Rendas e Alugueres	400,07	70,86	159,45	125,95	145,11
6262	Comunicação	4 943,62	874,33	1 793,93	3 972,19	2 120,39
6263	Seguros	2 100,62	508,10	418,51	2 100,58	4 703,86
6265	Contencioso e notariado	1,47	0,25	0,59	1,99	2,29
6266	Despesas de representação	27,31	4,84	10,86	37,12	42,74
6267	Limpeza, higiene e conforto	2 212,02	392,14	881,50	2 030,94	
6268	Outros serviços	1 123,58	128,93	123,09	73,76	1 124,06
6269	Rouparia					
6272	Encargos de saúde	2 009,76	106,06	238,44	2 588,59	288,99
6274	Recreação e desporto					333,67
6278	Despesas com atividades dos utentes	2 958,80		3 045,57	471,01	508,48
63	Gastos com o pessoal:	160 790,99	34 670,07	63 494,12	226 203,22	218 869,92
6321	Renumerações certas	117 083,72	26 207,99	47 821,64	169 665,42	166 869,18
6322	Renumerações adicionais	12 439,86	2 514,20	4 530,39	14 716,94	12 845,75
634	Indemnizações					
635	Encargos sobre renumerações	26 175,63	5 685,80	10 663,87	37 114,64	36 200,10
636	Seguros acidentes trab./ Doenças profissionais	1 170,84	262,08	478,22	1 696,65	1 668,69
637/8	Outros custos com o pessoal	3 920,94			3 009,57	1 286,20
64	Amortizações	1 274,55	143,34	286,48	6 073,40	1 471,43
65	Perdas por imparidades					
66	Perdas por redução de justo valor					
68	Outros gastos e perdas	240,42	29,31	65,67	476,98	159,19
69	Gastos e Perdas de Financiamento	183,07	32,33	72,98	249,03	286,91
	Subtotal (2).....	224 200,19	43 325,33	82 309,74	277 039,72	274 222,68
81	RESULTADO LÍQUIDO (1)-(2)=(3)	(20 748,46)	(6 181,65)	(839,40)	9 529,76	26 668,40

RESULTADOS POR VALÊNCIAS E DE OUTRAS ATIVIDADES		CAO MACEDA	REABILITAÇÃO	CAO VILLA URBANA	CATL	LAR RESIDENCIAL VILLA URBANA
Conta	Descrição					
71	Vendas					
72	Prestações de serviços	21 844,87		33 319,33	24 754,72	111 864,00
721	Matrículas e mensalidades de utentes	21 844,87		33 319,33	24 754,72	111 864,00
722/8	Outras					
75	Comparticipações e subsídios à exploração	190 951,20	1 183 396,20	179 151,77	30 457,44	377 952,00
7511	Centro Regional de Segurança Social	190 951,20	1 183 246,20	179 151,77	30 457,44	377 952,00
7512/9	Outros		150,00			
752/8	De outros setores					
76	Reversões					
78	Outros rendimentos e ganhos	63,40	4 827,24	18 294,64	4 837,28	32 736,04
79	Juros, Dividendos e outros rend. Similares					
	Subtotal (1).....	212 859,47	1 188 223,44	230 765,74	60 049,44	522 552,04
61	Custo Mercadorias Vend. Mat. Consumidas					263,17
6121	Gêneros alimentares					263,17
6122	Outros					
				6 203,28		
62	Fornecimentos e serviços externos:	51 759,50	157 942,99	70 991,81	28 264,91	123 709,24
6211	Exploração de refeitórios	10 054,47	10 318,52	13 056,81	6 481,82	43 460,00
6212	Sub Contratos				2 827,50	36,50
6221	Trabalhos especializados	2 444,55	12 757,91	2 363,96	474,97	4 194,85
6222	Publicidade e propaganda	15,21	147,66	1,42	0,29	2,52
6223	Vigilância e segurança	1 106,39	5 376,18	405,29	81,52	719,63
6224	Honorários	143,33	6 420,95	1 329,30	446,38	2 826,02
6226	Conservação e reparação	5 779,00	15 181,46	15 630,11	3 720,43	26 428,90
6227	Serviços bancários	583,24	3 121,89	365,61	73,54	648,91
6231	Ferramentas e utensílios	913,53	2 290,70	578,57	110,80	932,63
6232	Livros e documentação técnica	3,38	36,03	3,11	0,62	5,51
6233	Material de escritório	342,75	3 320,55	844,23	140,46	1 240,27
6234	Artigos p/oferta		43,90	37,85	21,98	67,21
6235	Material didático					
6238	Outros	14,96	72,64	13,74	2,76	24,38
6241	Electricidade	4 883,48	23 676,44	4 546,89	1 698,09	12 455,78
62421	Gás	4 775,19	23 199,02	3 808,60	1 025,06	6 450,06
62422	Gasóleo	5 630,28	4 505,18	7 596,05	2 302,32	
62423	Gasolina	35,79	1 434,55	228,40		
6243	Água	543,67	2 645,98	1 286,04	925,40	6 463,08
6248	Outros		5,50			
625	Deslocações, estadas e transportes	64,50	525,22	57,42	10,79	95,32
6261	Rendas e Alugueres	446,07	1 492,34	895,13	234,21	715,59
6262	Comunicação	4 516,77	19 750,18	3 424,88	988,56	5 916,06
6263	Seguros	1 784,11	4 896,12	2 127,67	698,49	1 999,41
6265	Contencioso e notariado	1,49	7,27	1,37	0,28	2,44
6266	Despesas de representação	27,94	135,78	61,87	5,15	45,55
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 692,92	9 351,54	2 978,93	907,64	6 885,13
6268	Outros serviços	1 370,51	1 772,68	1 206,40	116,40	74,75
6269	Rouparia		19,99	947,38		
6272	Encargos de saúde	2 208,26	3 633,80	1 390,81	176,52	1 627,60
6274	Recreação e desporto					
6278	Despesas com atividades dos utentes	2 377,71	1 803,01	5 803,97	4 792,93	391,14
63	Gastos com o pessoal:	172 217,96	1 034 824,65	154 253,53	41 789,46	375 829,52
6321	Renumerações certas	128 241,39	788 145,05	114 424,95	31 539,94	281 624,66
6322	Renumerações adicionais	13 398,77	57 513,20	11 811,82	2 835,47	27 576,03
634	Indemnizações		2 826,60	300,68		106,99
635	Encargos sobre renumerações	28 334,49	169 096,45	25 188,19	6 897,31	61 187,66
636	Seguros acidentes trab./ Doenças profissionais	1 282,41	7 881,45	1 144,25	315,40	2 816,25
637/8	Outros custos como o pessoal	960,90	9 361,90	1 383,64	201,34	2 517,93
64	Amortizações	9 992,67	22 996,21	26 404,90	5 275,96	45 453,26
65	Perdas por imparidades	5 254,19			191,11	
66	Perdas por redução de justo valor					
68	Outros gastos e perdas	242,16	1 717,24	1 064,56	205,93	1 817,62
69	Gastos e Perdas de Financiamento	1 177,78	910,87	695,15	149,44	1 222,10
	Subtotal (2).....	240 644,26	1 218 391,96	253 409,95	75 876,81	548 294,91
81	RESULTADO LÍQUIDO (1)-(2)=(3)	(27 784,79)	(30 168,52)	(22 644,21)	(15 827,37)	(25 742,87)

RESULTADOS POR VALÊNCIAS E DE OUTRAS ATIVIDADES

Conta	Descrição	CENTRO COMUNITÁRIO	GRUPO AJUDA MÚTUA	JARDIM INFÂNCIA	CRECHE	ELI PORTO
71	Vendas					
72	Prestações de serviços	6 809,06		65 711,69	32 435,27	
721	Matriculas e mensalidades de utentes	6 809,06		65 711,69	32 435,27	
722/8	Outras					
75	Comparticipações e subsídios à exploração	53 369,88	22 003,20	145 962,84	55 602,27	69 129,12
7511	Centro Regional de Segurança Social	53 369,88	22 003,20	145 962,84	55 602,27	69 129,12
7512/9	Outros					
752/8	De outros setores					
76	Reversões					
78	Outros rendimentos e ganhos	18 454,74	2 697,68	10 679,88	50,15	
79	Juros, Dividendos e outros rend. Similares					
	Subtotal (1).....	78 633,68	24 700,88	222 354,41	88 087,69	69 129,12
61	Custo Mercadorias Vend. Mat. Consumidas					
6121	Géneros alimentares					
6122	Outros					
62	Fornecimentos e serviços externos:	37 958,19	7 143,29	65 886,68	20 524,75	734,55
6211	Exploração de refeitórios	7 263,90	12,19	43 725,67	15 473,54	
6212	Sub Contratos	962,50		3 029,05	571,95	
6221	Trabalhos especializados	702,07	292,52			
6222	Publicidade e propaganda	0,42	0,17			
6223	Vigilância e segurança	120,40	50,34	543,42		
6224	Honorários	9 141,87	223,48	3 027,99		
6226	Conservação e reparação	5 468,07	2 041,18	2 854,58		
6227	Serviços bancários	108,60	44,84	500,00		
6231	Ferramentas e utensílios	129,61	54,25	156,02	212,98	
6232	Livros e documentação técnica	0,92	0,38			
6233	Material de escritório	207,55	86,61	324,22	21,99	
6234	Artigos p/oferta	11,24	4,69		25,59	
6235	Material didático			726,17	1 106,04	
6238	Outros	269,28	1,70		14,98	
6241	Eletricidade	2 400,07	1 049,83	1 434,22		
62421	Gás	1 513,38	633,74	865,77		
62422	Gasóleo	1 532,97		812,56		
62423	Gasolina	10,00				
6243	Água	1 360,79	586,68	778,22		
6248	Outros					
625	Deslocações, estadas e transportes	120,96	6,63			
6261	Rendas e Alugueres	743,36	50,00			
6262	Comunicação	1 388,85	518,19	612,08	780,54	734,55
6263	Seguros	1 795,62	163,18	1 144,11	155,25	
6265	Contencioso e notariado	0,41	0,15			
6266	Despesas de representação	7,63	3,09			
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 339,99	561,16	782,60	391,93	
6268	Outros serviços	12,65		839,78		
6269	Rouparia			2 109,70	1 414,89	
6272	Encargos de saúde	234,92	98,31	210,01	56,38	
6274	Recreação e desporto	76,71				
6278	Despesas com atividades dos utentes	1 033,45	659,98	1 410,51	298,69	
63	Gastos com o pessoal:	26 166,86	10 884,96	105 447,29	51 179,18	57 505,24
6321	Renumerações certas	18 446,01	8 159,06	79 340,87	38 738,24	43 960,00
6322	Renumerações adicionais	2 108,39	777,13	6 737,88	4 827,81	3 262,29
634	Indemnizações			378,00		
635	Encargos sobre renumerações	5 127,78	1 767,44	17 341,42	7 185,75	9 722,15
636	Seguros acidentes trab./ Doenças profissionais	184,46	81,59	793,41	387,38	439,60
637/8	Outros custos com o pessoal	300,22	99,74	855,71	40,00	121,20
64	Amortizações	7 586,00	711,98	23 570,08	618,21	
65	Perdas por imparidades			602,40		
66	Perdas por redução de justo valor					
68	Outros gastos e perdas	339,02	127,19			
69	Gastos e Perdas de Financiamento	220,64	92,16	872,59		
	Subtotal (2).....	72 270,71	18 959,58	196 379,04	72 322,14	58 239,79
81	RES ULTADO LÍQUIDO (1)-(2)=(3)	6 362,97	5 741,30	25 975,37	15 765,55	10 889,33

RESULTADOS POR VALÊNCIAS E DE OUTRAS ATIVIDADES

		ELI GONDOMAR	ELI MAIA	PROJETO ADM. MEDIDA 6.2 2016	ASSOCIATIVISMO	GIMNOVILLA
Conta	Descrição					
71	Vendas					
72	Prestações de serviços				41 734,20	
721	Matriculas e mensalidades de utentes					
722/8	Outras				41 734,20	
75	Comparticipações e subsídios à exploração	139 286,40	23 121,58	130 491,52	6 208,40	
7511	Centro Regional de Segurança Social	139 286,40	23 121,58			
7512/9	Outros				6 208,40	
752/8	De outros setores			130 491,52		
76	Reversões					
78	Outros rendimentos e ganhos				85 306,58	33 364,77
79	Juros, Dividendos e outros rend. Similares					
	Subtotal (1).....	139 286,40	23 121,58	130 491,52	133 249,18	33 364,77
61	Custo Mercadorias Vend. Mat. Consumidas				18 107,11	
6121	Géneros alimentares				18 107,11	
6122	Outros					
62	Fornecimentos e serviços externos:	734,55		93 460,99	22 373,84	40 879,96
6211	Exploração de refeitórios					
6212	Sub Contratos					147,60
6221	Trabalhos especializados			2 090,55	10 793,25	1 600,85
6222	Publicidade e propaganda				61,55	
6223	Vigilância e segurança					
6224	Honorários			42 922,80	1 884,68	18 897,54
6226	Conservação e reparação					7 556,15
6227	Serviços bancários					
6231	Ferramentas e utensílios				15,69	638,83
6232	Livros e documentação técnica				15,00	
6233	Material de escritório			1 143,21	463,06	
6234	Artigos p/oferta				235,97	
6235	Material didático					
6238	Outros					
6241	Eletricidade			122,76		2 868,41
62421	Gás					1 731,52
62422	Gasóleo					
62423	Gasolina					
6243	Água					3 476,19
6248	Outros					
625	Deslocações, estadas e transportes				11,30	
6261	Rendas e Alugueres				6 558,37	
6262	Comunicação	734,55		315,00	654,24	1 117,94
6263	Seguros			409,07	260,85	846,16
6265	Contencioso e notariado				5,00	
6266	Despesas de representação				417,89	
6267	Limpeza, higiene e conforto				17,02	1 654,96
6268	Outros serviços			44 934,00	103,00	65,00
6269	Rouparia					143,00
6272	Encargos de saúde					49,11
6274	Recreação e desporto					86,70
6278	Despesas com atividades dos utentes			1 523,60	876,97	
63	Gastos com o pessoal:	107 535,27	14 992,43	37 030,53	34 985,31	15 786,27
6321	Renumerações certas	82 084,93	11 444,60	30 332,55	6 797,00	10 598,02
6322	Renumerações adicionais	5 800,55	915,57		493,13	1 078,63
634	Indemnizações				25 000,00	1401,47
635	Encargos sobre renumerações	18 154,94	2 517,81	6 363,51	1 498,25	2 285,78
636	Seguros acidentes trab./ Doenças profissionais	820,85	114,45	334,47	67,97	105,98
637/8	Outros custos com o pessoal	674,00			1 128,96	316,39
64	Amortizações				95,77	2 823,80
65	Perdas por imparidades					
66	Perdas por redução de justo valor				450,78	
68	Outros gastos e perdas				398,49	
69	Gastos e Perdas de Financiamento					193,94
	Subtotal (2).....	108 269,82	14 992,43	130 491,52	76 411,30	59 683,97
81	RESULTADO LÍQUIDO (1)-(2)=(3)	31 016,58	8 129,15	-	56 837,88	(26 319,20)

RESULTADOS POR VALÊNCIAS E DE OUTRAS ATIVIDADES		JARDINAGEM LAVANDARIA	DESPORTO ALTA COMPETIÇÃO	CRI	PROJECTO CENTRO DE RECURSOS EMPREGO	REFEITORIO SOCIAL
Conta	Descrição					
71	Vendas					
72	Prestações de serviços					
721	Matriculas e mensalidades de utentes					
722/8	Outras					
75	Comparticipações e subsídios à exploração	7 985,54	907,25	241 460,70	56 365,05	58 547,50
7511	Centro Regional de Segurança Social					58 547,50
7512/9	Outros	7 985,54		241 460,70		
752/8	De outros setores		907,25		56 365,05	
76	Reversões					
78	Outros rendimentos e ganhos	5 682,59	2 616,59	380,00		
79	Juros, Dividendos e outros rend. Similares					
	Subtotal (1).....	13 668,13	3 523,84	241 840,70	56 365,05	58 547,50
61	Custo Mercadorias Vend. Mat. Consumidas					
6121	Géneros alimentares					
6122	Outros					
62	Fornecimentos e serviços externos:	6 839,73	1 025,10	1 486,44	5 744,23	55 586,01
6211	Exploração de refeitórios					48 274,73
6212	Sub Contratos	473,48				
6221	Trabalhos especializados					
6222	Publicidade e propaganda					
6223	Vigilância e segurança					
6224	Honorários			40,00		
6226	Conservação e reparação	593,67				3 074,00
6227	Serviços bancários					
6231	Ferramentas e utensílios	65,71				154,30
6232	Livros e documentação técnica					
6233	Material de escritório					
6234	Artigos p/oferta			12,85		
6235	Material didático					
6238	Outros					
6241	Eletricidade					2 108,00
62421	Gás					1 287,33
62422	Gasóleo	755,85				
62423	Gasolina	172,01				
6243	Água					687,65
6248	Outros	46,00				
625	Deslocações, estadas e transportes		21,58	195,20		
6261	Rendas e Aluguers					
6262	Comunicação		108,46	1 072,93		
6263	Seguros	361,59	13,95	66,17		
6265	Contencioso e notariado					
6266	Despesas de representação					
6267	Limpeza, higiene e conforto	4 285,08				
6268	Outros serviços			2,65	5 744,23	
6269	Rouparia	27,55				
6272	Encargos de saúde	58,79				
6274	Recreação e desporto		773,11			
6278	Despesas com atividades dos utentes		108,00	96,64		
63	Gastos com o pessoal:	29 609,82		232 294,98	50 620,82	
6321	Renumerações certas	20 781,87		169 120,12	38 659,12	
6322	Renumerações adicionais	2 657,01		17 207,61	3 280,22	
634	Indemnizações	1 342,67		4 315,09		
635	Encargos sobre renumerações	4 424,60		39 058,56	8 291,69	
636	Seguros acidentes trab./ Doenças profissionais	209,67		1 691,20	389,79	
637/8	Outros custos como o pessoal	194,00		902,40		
64	Amortizações	172,66	297,13			
65	Perdas por imparidades					
66	Perdas por redução de justo valor					
68	Outros gastos e perdas					
69	Gastos e Perdas de Financiamento					
	Subtotal (2).....	36 622,21	1 322,23	233 781,42	56 365,05	55 586,01
81	RESULTADO LÍQUIDO (1)-(2)=(3)	(22 954,08)	2 201,61	8 059,28	(0,00)	2 961,49

RESULTADOS POR VALÊNCIAS E DE OUTRAS ATIVIDADES

RESULTADOS POR VALÊNCIAS E DE OUTRAS ATIVIDADES		GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	ACOLHIMENTOS INR	CAMPUS ARTÍSTICO INR	CAMPO DE FÉRIAS INR	MEDIDAS IEFP (ESTÍMULO, CEI+ E ESTÁGIO)
Conta	Descrição					
71	Vendas					
72	Prestações de serviços		2 550,00	7 525,00		
721	Matrículas e mensalidades de utentes		2 550,00	7 525,00		
722/8	Outras					
75	Comparticipações e subsídios à exploração	11 868,68				30 180,19
7511	Centro Regional de Segurança Social					
7512/9	Outros	11 868,68				30 180,19
752/8	De outros setores					
76	Reversões					
78	Outros rendimentos e ganhos		3 603,19	3 603,19	8 181,19	
79	Juros, Dividendos e outros rend. Similares					
	Subtotal (1).....	11 868,68	6 153,19	11 128,19	8 181,19	30 180,19
61	Custo Mercadorias Vend. Mat. Consumidas					
6121	Géneros alimentares					
6122	Outros					
62	Fornecimentos e serviços externos:	1 601,50	4 867,36	10 697,57	4 916,45	553,90
6211	Exploração de refeitórios				1 431,64	
6212	Sub Contratos					
6221	Trabalhos especializados					
6222	Publicidade e propaganda			184,50		
6223	Vigilância e segurança					
6224	Honorários	172,20		2 322,40		
6226	Conservação e reparação					
6227	Serviços bancários					
6231	Ferramentas e utensílios			35,10		
6232	Livros e documentação técnica					
6233	Material de escritório	422,22				
6234	Artigos p/oferta					
6235	Material didático					
6238	Outros					
6241	Eletricidade	798,54				
62421	Gás					
62422	Gasóleo		916,86	133,20	306,00	
62423	Gasolina					
6243	Água	88,61				
6248	Outros					
625	Deslocações, estadas e transportes					
6261	Rendas e Alugueres			61,50		
6262	Comunicação	119,93				
6263	Seguros					553,90
6265	Contencioso e notariado					
6266	Despesas de representação					
6267	Limpeza, higiene e conforto					
6268	Outros serviços				1,45	
6269	Rouparia					
6272	Encargos de saúde					
6274	Recreação e desporto					
6278	Despesas com atividades dos utentes		3 950,50	7 960,87	3 177,36	
63	Gastos com o pessoal:	10 267,18	3 455,47	1 834,53	27 550,56	38 586,41
6321	Renumerações certas	10 061,28	3 455,47	1 834,53	27 277,80	11 067,25
6322	Renumerações adicionais	205,90				1 471,32
634	Indemnizações					
635	Encargos sobre renumerações					2 440,50
636	Seguros acidentes trab./ Doenças profissionais				272,76	173,33
637/8	Outros custos com o pessoal					23 434,01
64	Amortizações					
65	Perdas por imparidades					
66	Perdas por redução de justo valor					
68	Outros gastos e perdas					
69	Gastos e Perdas de Financiamento					
	Subtotal (2).....	11 868,68	8 322,83	12 532,10	32 467,01	39 140,31
81	RESULTADO LÍQUIDO (1)-(2)=(3)	-	(2 169,64)	(1 403,91)	(24 285,82)	(8 960,12)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA Nº 39

Aos catorze dias de março de dois mil e dezanove reuniu na sede da Associação do Porto de Paralisia Cerebral, sita na Rua de Delfim Maia, nº 276 no Porto, o Conselho Fiscal para apreciação do Relatório de Atividades e Contas do ano dois mil e dezanove.

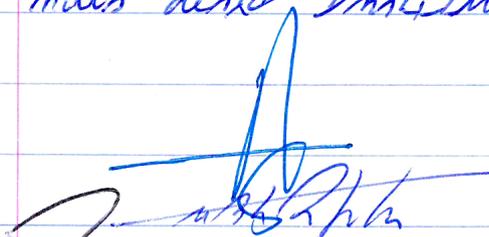
Queremos salientar e agradecer a disponibilidade da Direção, em particular do Exmo. Senhor Presidente, que em reunião especialmente convocada para o efeito, atempadamente, apresentou toda a documentação de suporte a este documento.

Verificou este Conselho Fiscal que os documentos apresentados satisfaziam todos os preceitos legais, estando os mesmos validados pelo Contabilista Certificado e certificados pelo Perito Oficial de Contas.

Concretamente analisados o Plano de Atividades, o Balanço e a Demonstração de Resultados, verificamos que os mesmos correspondem ao esperado pois apresentam um elevado índice de execução, relativamente ao orçamentado. Aliás os documentos em análise apresentam apenas uma divergência significativa, sendo esta positiva, o que revela bem o empenho e a dedicação no Trabalho desenvolvido pela Direção e pelos profissionais da Instituição.

2

Deste modo, é parecer do Conselho Fiscal que sejam aprovados o Relatório de Atividades e Contas referentes ao exercício de dois mil e dezasseis, com um voto de louvor à Direção e aos profissionais desta Instituição.


RICARDO MANUEL CARVALHO FURTA

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APPC – ASSOCIAÇÃO DO PORTO DE PARALISIA CEREBRAL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.793.621 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.725.740 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 25.891 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 14 de março de 2017

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por



(Armando Luís Vieira de Magalhães, R.O.C. n.º 676)

ANEXO 1:

CAPÍTULO I PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

RESULTADOS EM 2016:

	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	RESULTADOS	ANÁLISE DO DESVIO	GRAU CUMPRIMENTO	REVISÃO (OBJETIVOS OU METAS)
APRENDIZAGEM E CONHECIMENTO	Qualificar as equipas de apoio direto	Até 2017, 90% dos colaboradores de apoio direto frequentam ações de formação (também em TIC, prestação de apoio de 3ª pessoa para fraço e qualidade de vida).	93%	Dos 101 colaboradores de apoio direto, 94 realizaram já formação nestes domínios	Cumprido	Rever os colaboradores que não frequentaram nenhuma formação nesta temática e priorizá-los na formação de 2017
	Apostar na modernidade da intervenção das equipas técnicas	Em 2017, 60% do total das intervenções técnicas com os clientes com deficiência, dos 0 aos 18 anos, ocorrem nos contextos naturais de vida.	86%	Esperado 38.275 de 63.763 de intervenções. Realizadas 55.403, maioritariamente em escolas e jardins de infância.	Cumprido	Alargar a intervenção em contextos naturais de vida também às equipas internas
	Profissionalizar e qualificar a gestão	Em 2017 cada colaborador com responsabilidades de gestão de topo (Diretores, Gestores de Projetos e Assessorias Técnicas) terão realizado 100h de formação nos domínios da sua atuação.	505 horas	meta cumprida em 84% de 600h de formação programadas	Em cumprimento	Inscrever formação nos apoios financeiros do Programa de Capital Humano
	Melhorar as condições de trabalho dos colaboradores	Em 2017 diminuem para 1/3, o nº de baixas por acidentes de trabalho, decorrentes da prestação de apoio;	13 baixas por acidentes	Meta programada para um total de 18 baixas, no triénio. No final de 2016 estamos com um total acumulado de 13 baixas	Não cumprida	Incidir na formação sobre posicionamento e medidas de proteção no apoio à mobilidade
		Todos os colaboradores de apoio indireto frequentaram formação em TIC;	34 colaboradores	Programada para colab. com funções nos serviços gerais e manutenção está cumprida em 59%	Em cumprimento	Priorizar os colab. Com estas funções que não frequentaram nenhuma formação neste domínio
		Todos os colaboradores de apoio direto e indireto frequentaram formação em ergonomia.	23 colaboradores	Programada para incluir 258 colaboradores apenas está concretizada em 14%	Não cumprida	Priorizar a formação em ergonomia

Perspetiva PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	RESULTADOS	ANÁLISE DO DESVIO	GRAU CUMPRIMENTO	REVISÃO (OBJETIVOS OU METAS)
Aproximar parceiros estratégicos	Em 2017 a satisfação dos parceiros estratégicos atinge os 95%.	97%	Superada a meta	Cumprido	Manter o nível de satisfação
Inovar na intervenção	Em 2017 todos os clientes de pelo menos dois serviços, possuem um projeto de vida articulado entre os mesmos.	150 clientes	Meta superada. Estendeu-se o movimento de um único PI por cliente a todos os serviços. Esperava-se concretizar 26 PI únicos entre 2015 e 2017 nos CAO e UR	Superado	Rever e atualizar a meta
Criar gabinete de projetos	Gabinete constituído em 2017 e com 6 projetos submetidos até ao final do triénio.	27 projetos	Meta superada ainda que nem todos os projetos tenham sido aprovados	Superada	Rever e atualizar a meta
Promover campanhas de mecenato e fundraising	Angariar mecenas, patrocínios ou fundraising num valor de 60 mil euros até 2017.	55.877,00 €	Meta concretizada em 93%	Em cumprimento	Aumentar a iniciativas de angariação de financiadores
Desburocratizar processos de trabalho	Até 2016 todos os processos e políticas são revistos;	35 processos e políticas	Meta cumprida a 100%. Os processos e políticas existentes em 2014 foram revistos em 2016	Cumprida	
	Até 2017 todos os colaboradores apresentaram 1 OM, para a desburocratização.	54 colaboradores	Meta com 24% de concretização	Não cumprida	Retomar o tema da desburocratização e da simplificação das práticas de trabalho em contexto formativo
Apostar nas TIC	Até 2017 todos os registos relativos aos clientes são informatizados;	179 clientes	Meta com 41% de realização tendo sido planeada a construção de 439 PI exclusivamente em suporte digital	Em cumprimento	Ajustar a meta à execução possível face ao concretizado
	Todas equipas possuem pelo menos dois novos computadores;	27 computadores	Meta com 75% de realização tendo sido planeada a entrega de 36 computadores distribuídos pelas equipas		
	100% colaboradores têm acesso a todas as ferramentas disponibilizadas informaticamente.	82% colaboradores	Apenas 189 colaboradores acedem à plataforma	Em cumprimento	Apesar de todos os colaboradores terem acesso à intranet e ferramentas deve verificar-se as causas da não utilização
Manter o SGQ, alargando nível excelência a todos serviços	Incluir todos os serviços no processo de renovação da certificação para nível II (auditorias internas anuais).	16 serviços	Meta concretizada a 100%	Superada	

Perspetiva FINANCEIRA

Perspetiva CLIENTES

	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	METAS	RESULTADOS	ANÁLISE DO DESVIO	GRAU CUMPRIMENTO	REVISÃO (OBJETIVOS OU METAS)
FINANCEIRA	Criar condições para negócios	Criar 2 novos negócios até 2017.	0	Meta ainda por cumprir	Não cumprida	Análise interna das oportunidades de novos negócios e revisão de meta
	Diversificar financiamentos anuais	Atingir 10% do valor do total do ativo no triênio.	301.855,00 €	Alcançado já 8% do valor do ativo	Em cumprimento	Rever a gestão de associados
	Otimizar custos e recursos	Manter a tendência entre rendimentos e gastos dos últimos anos (variação positiva ou negativa de 2%).	-1,4%	4.533.743 valor dos gastos face aos 4.507.852 de rendimentos	Cumprida	Manter a variação
	Manter as verbas do setor público	Manter o volume financeiro anual das verbas providas do setor público.	6 672 064€	100%	Cumprida	Acumulado de 2 anos; rever a meta ajustando à existência de novos acordos
CLIENTES	Apoiar e informar cuidadores	Até 2017, 90% dos cuidadores recebem formação/informação acerca das necessidades e direitos dos clientes atendidos.	83%	Correspondendo a 210 dos 254 cuidadores planeados	Em cumprimento	Registaram-se 891 cuidadores atendidos em 2016; rever a meta em função deste registo
	Maior participação clientes nas tomadas de decisão sobre sua vida	Clientes e famílias atingem 90% de satisfação quanto à sua participação nas tomadas de decisão.	95%		Superada	Rever a meta
	Promover um ambiente facilitador da inclusão	85% dos parceiros da APPC têm iniciativas facilitadoras da inclusão (pelo menos uma).	24%	Meta planeada para 85 parceiros. Apenas 20 efetivaram a meta	Não cumprida	Planear PASC em função deste resultado. Ajustar a meta.
	Crescimento para novos serviços e/ou produtos (novo edifício)	Em 2017 inicia-se a construção do COR. CCB	0	Sem linha de financiamento	Não cumprida	Revisão da meta ajustada às ações realizadas para este fim
	Manter todos serviços e respostas sociais	Mantêm-se todos os serviços com acordo com ISS, IP; também para os serviços com contratualização com o IEFP e Ministério da Educação.	100%	22 acordos de cooperação para os 21 planeados em 2014	Superada	Ajustar a meta
	Consolidar a identidade institucional	Aumentar em 5 pontos a pontuação obtida na certificação de excelência da APPC.	65,7 pontos	Pontuação obtida em 2013= 65,3. Em 2016= 65,7.	Não cumprida	Rever meta em função do resultado atual

PLANOS INDIVIDUAIS (PI) DOS CLIENTES

No final deste ano, apresentam-se os seguintes resultados de monitorização dos PI:

a) Clientes dos serviços educativos - Jardim de Infância (JI), Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL):

RESULTADOS ANO LETIVO 2015/16	CATL	CRECHE	JI
Total de Objetivos atingidos	20	80	770
Total de Objetivos não atingidos	20	11	68
Média do Grau de cumprimento dos PI	50%	88%	92%
Nº de PI	40	22	62
Nº de PI com 100% de realização	20	15	19
Taxa de PI com 100%	50%	68%	31%

b) Clientes dos serviços especializados para a deficiência

O ciclo de construção, monitorização e avaliação dos PI, a partir do corrente ano, consideram o modelo de qualidade de vida da OMS adotado também pela APPC. Por isso os PI contêm a aplicação de instrumentos de avaliação da **Qualidade de Vida** dos clientes. Registam-se em 2016 :

- Clientes com mais de 18 anos que classificam a sua qualidade de vida como “Boa” ou “Muito Boa”: 70% (num total 140 clientes inquiridos).
- Dos 81 clientes entre os 8 e os 17 anos, que responderam à Kidscreen, 67% apresentam uma satisfação com a vida superior a 50%.

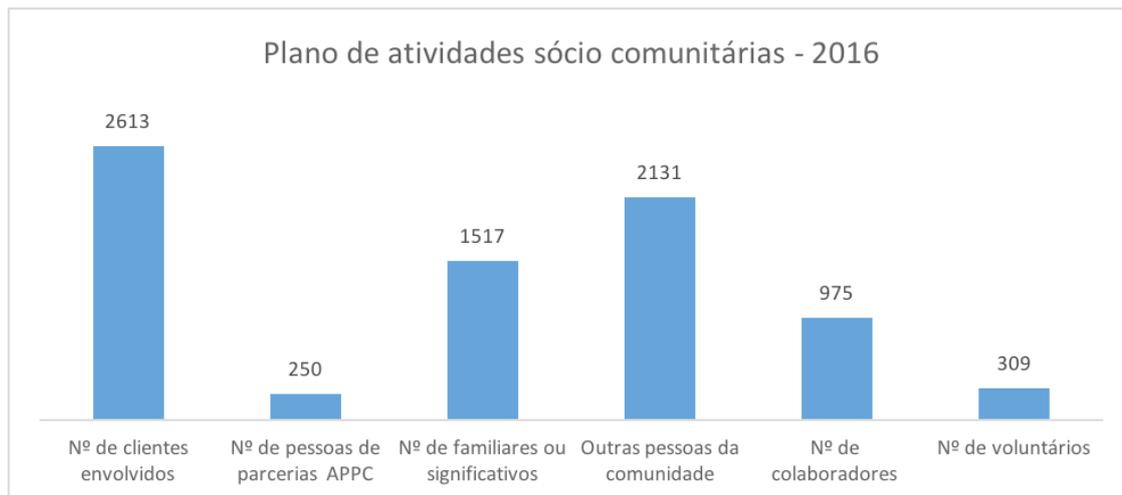
INDICADORES/SERVIÇOS	CAO DELFIM MAIA	CAO AMBULATÓRIO	CAO MACEDA	CR	CAO VILLA URBANA	LAR RESIDENCIAL VILLA URBANA	CENTRO COMUNITÁRIO	CRE	TOTAL
Nº de PI monitorizados	24	38	24	674	28	26	85	13	912
Nº de clientes que levantaram necessidades e expectativas	24	37	24	671	28	26	85	13	908
Nº de clientes cuja taxa de sucesso do Pi = ou > 80%	6	25	11	357	21	11	11	11	453
Nº de clientes que responderam à satisfação com o cumprimento das suas necessidades e expectativas	22	37	21	570	27	21	NA	12	710
Nº de clientes com classificação da satisfação com o cumprimento das suas necessidades e expectativas maior ou igual a 7	19	33	19	508	24	19	NA	11	633
Taxa de clientes que levantaram necessidades e expectativas	100,0%	97,4%	100,0%	99,6%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	99,6%
Taxa de clientes cuja taxa de sucesso do Pi = ou > 80%	25,0%	65,8%	45,8%	53,0%	75,0%	42,3%	12,9%	84,6%	49,7%
Taxa de clientes com classificação da satisfação das suas necessidades e expectativas maior ou igual a 7	86,4%	89,2%	90,5%	89,1%	88,9%	90,5%	NA	91,7%	89,2%

PLANO DE ATIVIDADES SÓCIO CULTURAIS E OUTRAS ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Durante 2016, no âmbito do Plano de atividades sócio culturais, foram realizadas 108 atividades.

PLANO DE ATIVIDADES SÓCIO CULTURAIS E OUTRAS ATIVIDADES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Durante 2016, no âmbito do Plano de atividades sócio culturais, foram realizadas 108 atividades



BARREIRAS À CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

Internas:

- Envelhecimento dos RH cujas funções são de apoio direto;
- Desgaste diário da frota de transportes a par do envelhecimento de algumas viaturas
- Número de acidentes de trabalho resultantes de falta de formação dos RH e das condições de prestação dos apoios
- Condições precárias de um dos estabelecimentos da Unidade do Porto - CAO Delfim Maia
- Dificuldades financeiras para a melhoria das condições físicas de todo o edificado dos serviços.

Externas:

- Alteração das condições dos acordos de cooperação (CRPCP/ AIOL), cujas revisões foram propostas por imperativos legislativos.
- Inexistência de financiamento de suporte ao desenvolvimento de novos projetos (atrasos no quadro de apoio Portugal 2020).

CAPÍTULO II AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

Uma das formas que temos para recolher o feedback das nossas partes interessadas é por via do inquérito de satisfação, conforme prevemos, anualmente, no plano de recolha de dados.

Relativamente a 2016, os resultados obtidos foram os que a seguir se apresentam.

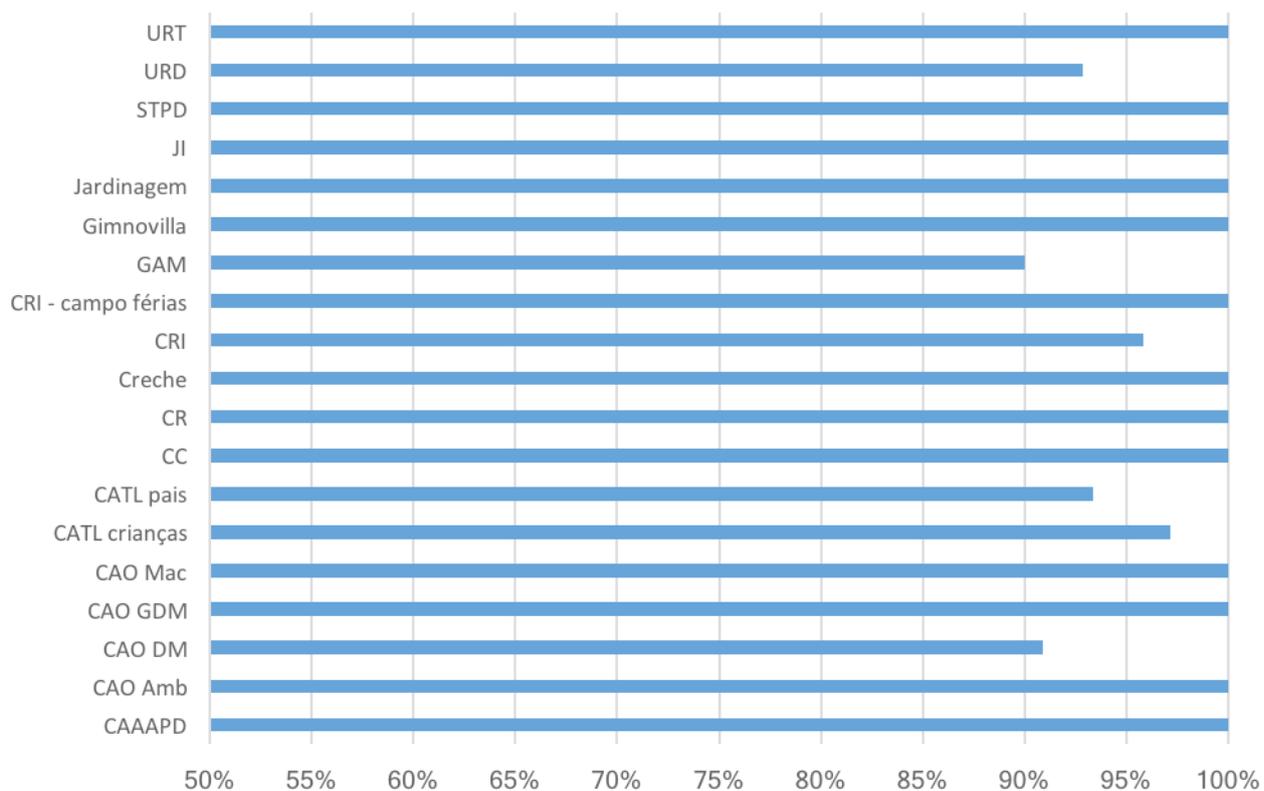
SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E FAMÍLIAS:

		SATISFAÇÃO GLOBAL POSITIVA	NR DE PES- SOAS QUE RESPONDERAM
GONDOMAR	unidade residencial	93%	28
	centro de atividades ocupacionais	100%	21
	centro de atividades de tempos livres - clientes	97%	35
	centro de atividades de tempos livres - pais	93%	30
	centro comunitário	100%	54
	jardim de infância	100%	39
	creche	100%	18
	gimnovilla	100%	82
	jardinagem	100%	5

		SATISFAÇÃO GLOBAL POSITIVA	NR DE PES- SOAS QUE RESPONDERAM
PORTO	centro de atividades ocupacionais - ambulatório	100%	18
	centro de atividades ocupacionais - delfim maia	91%	22
	centro de atividades ocupacionais - maceda	100%	26
	unidade residencial temporária	100%	42
	serviço de transportes	100%	121
	centro de atendimento, acompanhamento e animação para pessoas com deficiência	100%	34

		SATISFAÇÃO GLOBAL POSITIVA	NR DE PES- SOAS QUE RESPONDERAM
CENTRO DE REABILITAÇÃO	centro de reabilitação	100%	277
	centro de recursos para a inclusão - Encarregados Educação	96%	24
	centro de recursos para a inclusão - Desenvolve-te	100%	45
	academia de pais	98%	44
	grupos de ajuda mútua	90%	20

Satisfação global de clientes e famílias



SATISFAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS

SATISFAÇÃO GLOBAL POSITIVA

NR DE PESSOAS QUE RESPONDERAM

100%	19
------	----

SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES

SATISFAÇÃO GLOBAL POSITIVA

NR DE PESSOAS QUE
RESPONDERAM

Centro de Reabilitação	85%	53
Gondomar	86%	64
Porto	82%	28

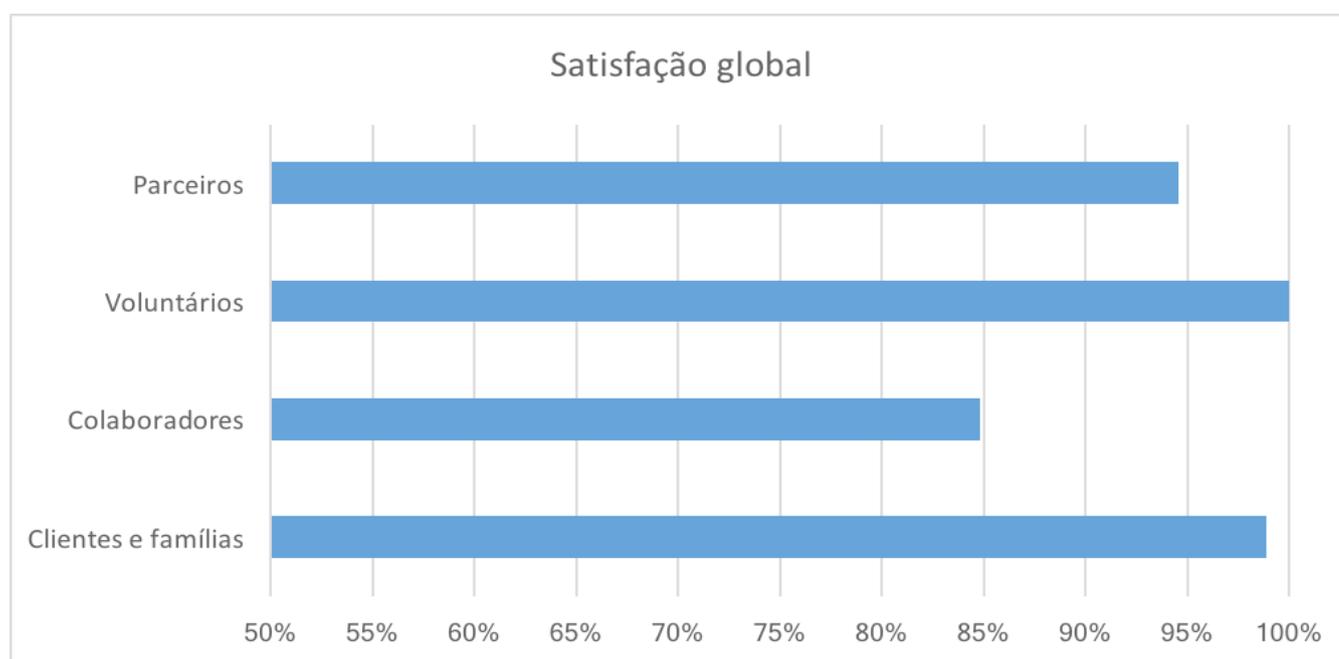
SATISFAÇÃO DOS PARCEIROS E FINANCIADORES

SATISFAÇÃO GLOBAL POSITIVA

NR DE PARCEIROS E FINANCIADORES QUE RESPONDERAM

95%

37



Todos os stakeholders apresentam uma satisfação alta com a APPC. Dos 1.186 inquiridos, 1151 manifestaram satisfação global com a APPC, encontrando-se 83% muito ou totalmente satisfeitos.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS PARCERIAS

A avaliação do impacto das parcerias traduz-se num momento formal, de contacto entre o parceiro e o seu elo de ligação da APPC onde se afere o real impacto da parceria para ambas as organizações - medição do valor acrescentado. Em 2016, 96% para parcerias foram avaliadas com valor acrescentado positivo.

	% DE RESPOSTAS POSITIVAS	NR DE RESPOSTAS VÁLIDAS
A parceria contribui diretamente para promover a missão da APPC na comunidade	59%	32
A parceria contribui indiretamente para promover a missão da APPC na comunidade	37%	20
A parceria contribuiu significativamente para o desenvolvimento da resposta social / parceiro	72%	39
A parceria contribuiu para o desenvolvimento da resposta social / parceiro	28%	15

No ano de 2016, houveram 811 clientes que beneficiaram das parcerias que a APPC estabeleceu com a comunidade. De salientar que 53% destes clientes representam as crianças e jovens abrangidos nos protocolos de colaboração do Centro de Recursos para a Inclusão, com 20 Agrupamentos de Escolas dos concelhos do Porto, Gondomar, Maia.

CAPÍTULO III ANÁLISE ESTATÍSTICA _ REGISTOS DE MELHORIA CONTÍNUA

Usamos diariamente diferentes registos de melhoria contínua, de modo a que todas as partes interessadas contribuam para a manutenção do sistema de gestão. Assim, teremos diversas fontes de informação para os nossos planeamentos e diversos contributos para os nossos resultados, de modo a que tenhamos retratos tão fiéis quanto possível da nossa organização. Cada um dos registos de melhoria contínua tem um fim específico e por isso os dados recolhidos são apresentados separadamente.

De forma a conseguirmos agir mais eficazmente e dar o tratamento adequado a todos os registos de melhoria contínua, consideramos uma tipologia transversal a todos os registos que nos permite aferir a maior incidência por tipos. A saber:

1. Direitos

- 1.1 Quebras de confidencialidade
- 1.2 Violação de privacidade
- 1.3 Cancelamento de atividades/não prestação de apoios previstos/desmarcações
- 1.4 Suspeitas de maus tratos

2. Ética

- 2.1 Atitudes e comportamentos dos colaboradores
- 2.2 Medicação
- 2.3 Quedas
- 2.4 Manutenções corretivas ou não cumprimento das manutenções preventivas
- 2.5 Exposição a riscos indevidos
- 2.6 Falhas nos suportes de comunicação
- 2.7 Furtos

3. Registos e comunicações

- 3.1 Registos internos
- 3.2 Registos externos e comunicações com o exterior

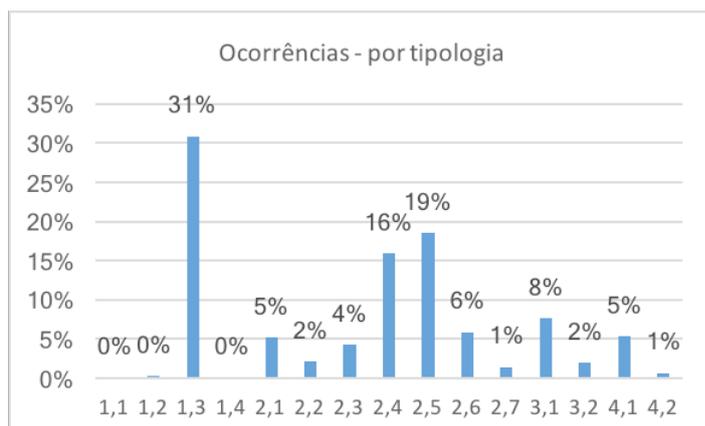
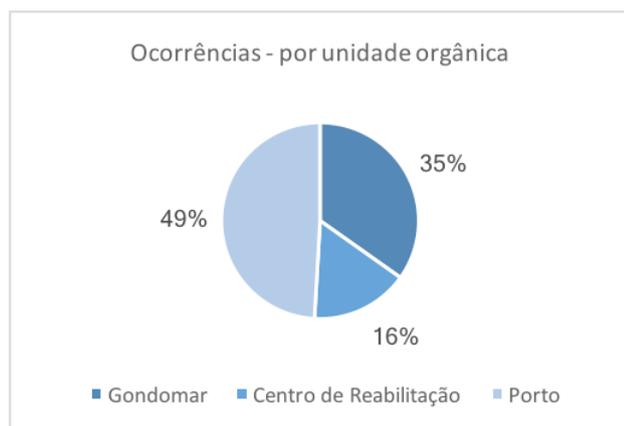
4. Participação

- 4.1 Faltas dos clientes com impacto no serviço
- 4.2 Prescindir de atividades pré-programadas

DAS OCORRÊNCIAS

É o registo de melhoria contínua mais comum na APPC;

Ao longo de 2016, foram feitos 772 registos de ocorrência pelos colaboradores;



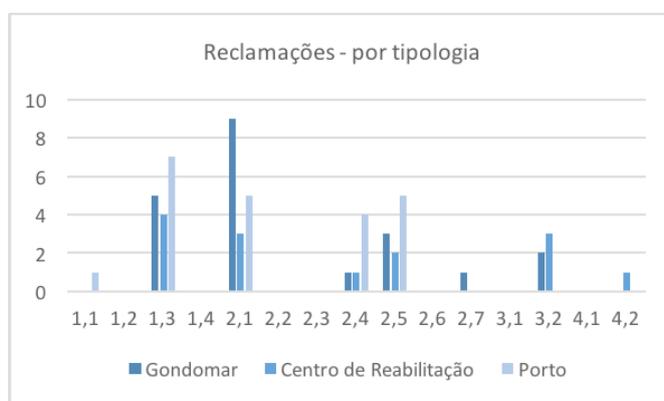
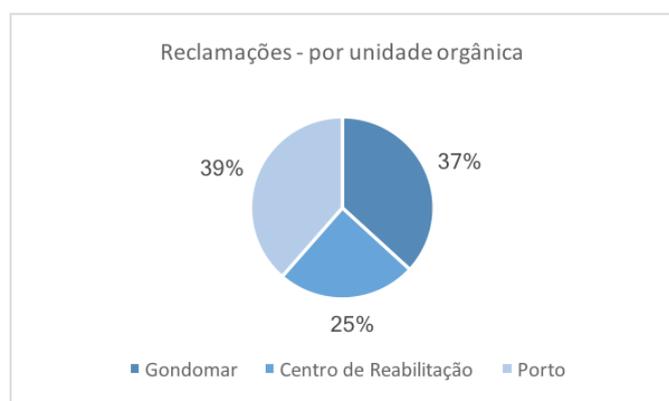
49% destes registos aconteceram no Porto, 35% em Gondomar e 16% no Centro de Reabilitação. Pela análise dos registos de ocorrências podemos aferir que estão sobretudo relacionados com cancelamento de atividades ou não prestação de apoios previstos, exposição a riscos indevidos e manutenções corretivas ou não cumprimento das manutenções preventivas.

DAS RECLAMAÇÕES/MANIFESTAÇÕES DE DESAGRADO

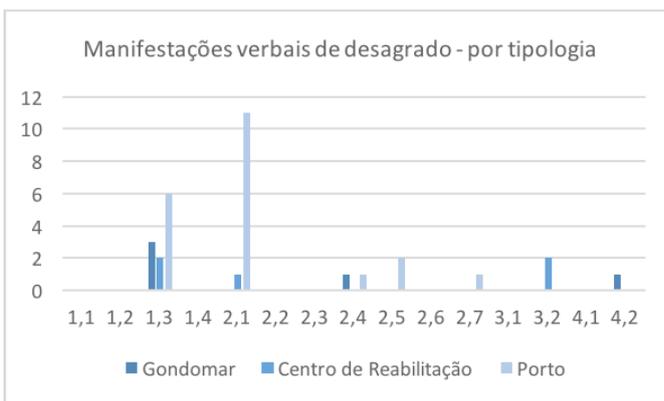
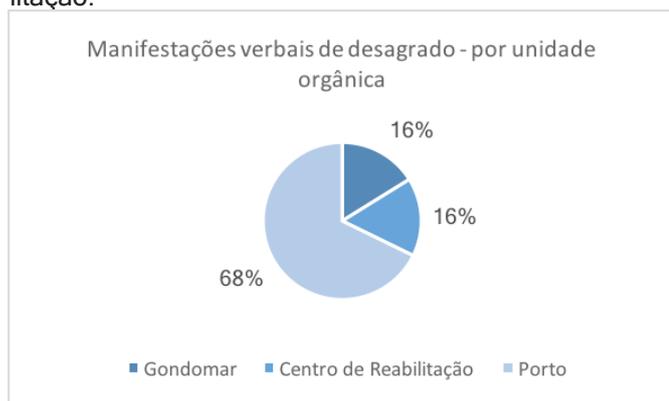
Na APPC consideramos as reclamações e também as manifestações verbais de desagrado. Estas são as considerações e opiniões negativas que as diferentes partes interessadas têm acerca dos nossos programas e serviços. Registamo-las e analisamos o que acontece ou aconteceu de modo a melhorar no encontro às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Em 2016:

Foram consideradas 57 reclamações e 31 manifestações verbais de desagrado, na APPC.



39% das reclamações foram apresentadas na unidade do Porto, 37% em Gondomar e 25% no Centro de Reabilitação.



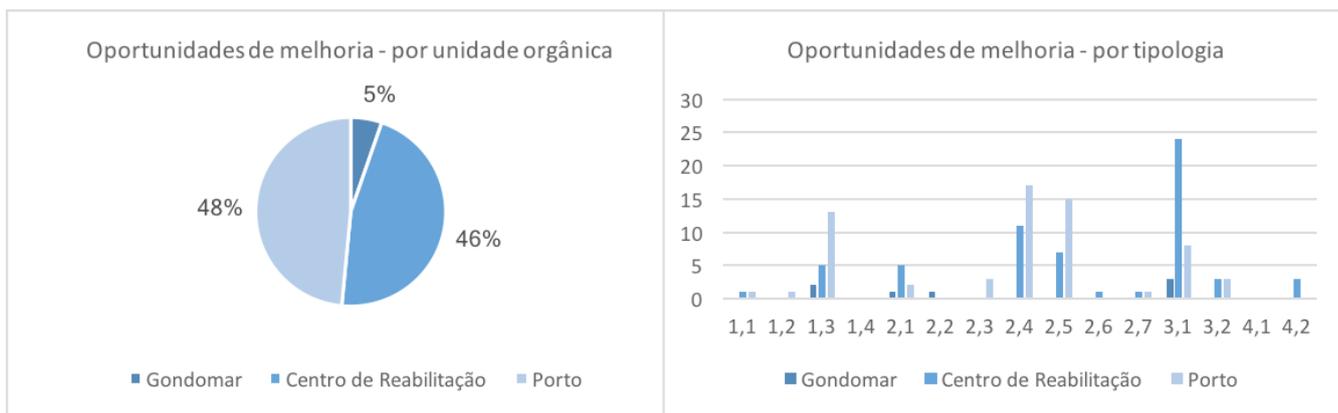
Quanto às manifestações verbais de desagrado, 68% foram registadas no Porto, 16% no Centro de Reabilitação e 16% em Gondomar.

As considerações e opiniões negativas foram mais evidentes quanto às atitudes e comportamentos dos colaboradores (33%) e no cancelamento de atividades ou não prestação de apoios previstos (31%).

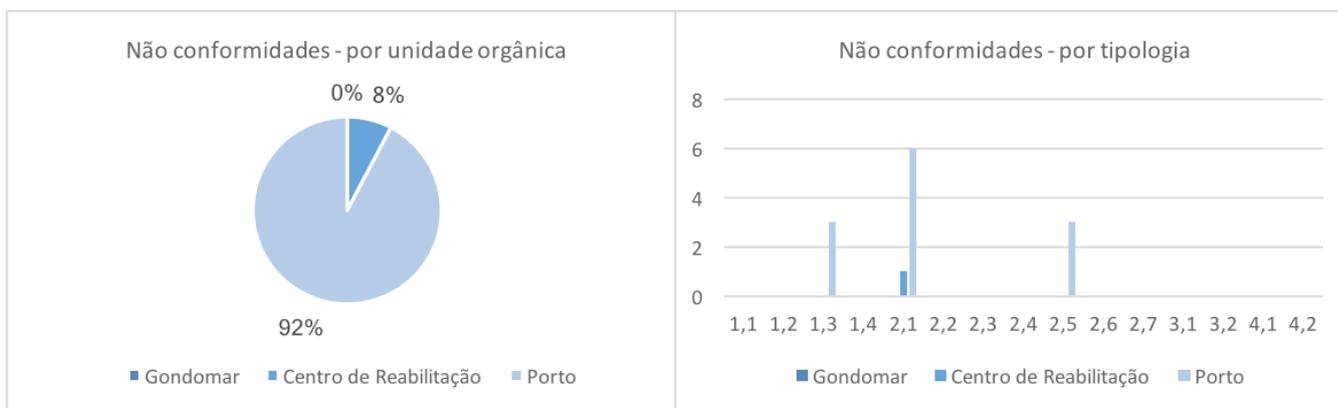
DAS OPORTUNIDADES DE MELHORIA

As oportunidades de melhoria são documentos internos que usamos para identificar, analisar e resolver situações e problemas concretos. Quando estes constituem prejuízo para os clientes são definidas não conformidades seguindo os mesmos passos.

Ao longo de 2016, foram construídas pelos colaboradores da APPC, 132 oportunidades de melhoria e 13 não conformidades



Das 132 oportunidades de melhoria, 48% foram apresentadas por colaboradores do Porto, 46% por colaboradores do Centro de Reabilitação e 5% de Gondomar.



Quanto às 13 não conformidades, 92% foram registadas na unidade do Porto e 8% em Gondomar

As situações mais comumente definidas e analisadas no âmbito das oportunidades de melhoria e não conformidades são as relacionadas com os registos internos (24%); as manutenções corretivas ou não cumprimento das manutenções preventivas (19%) e a exposição a riscos indevidos (17%).

DOS PLANOS DE MELHORIA

Os planos de melhoria são usados para garantir a qualidade da prestação dos nossos serviços pois consideramos o processo cíclico de avaliar o nosso desempenho atual e realizar as alterações necessárias para que funcionemos melhor. Por isso, temos atividades planeadas para atingir os nossos objetivos, implementamos as ações, medimos os resultados.

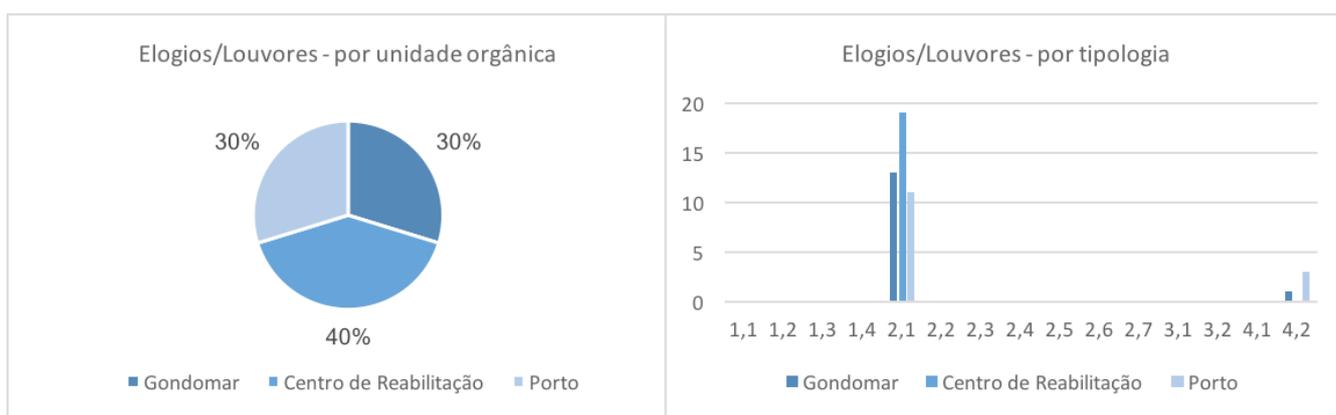
Ao longo de 2016, estiveram em curso 5 planos de melhoria.

UNIDADE ORGÂNICA	NOME DO PLANO DE MELHORIA	BREVE DESCRIÇÃO DO PLANO
PORTO	Higiene e Segurança	Melhorar o estado de conservação do edifício da Casa da Maceda, nomeadamente ao nível da distribuição do gás e da utilização das instalações sanitárias, assim como dos acessos.
	Revisão do Processo de Trabalho dos Centros de Atividades Ocupacionais	Analisar os procedimentos atuais dos 4 centros de atividades ocupacionais da APPC e ajustá-los de modo a que tenhamos procedimentos simplificados.
CENTRO DE REABILITAÇÃO	Modelo de gestão por competências	Introduzir uma nova forma de gerir estrategicamente os nossos recursos humanos, a partir da identificação das competências-chave para a APPC e para cada serviço e função.
GONDOMAR	Revisão do Processo de Trabalho do Jardim de Infância	Analisar os procedimentos atuais e ajustá-los às práticas educativas de excelência, simplificando as formas de registo e monitorização.
	Revisão do Processo de Trabalho do Centro de Atividades de Tempos Livres	

Dos ELOGIOS/LOUVORES

Os elogios/loouvres são a forma utilizada pelos clientes e famílias de salientarem ou reforçarem aspetos positivos que suplantam a prestação esperada do serviço.

Foram considerados 47 elogios/loouvres, sendo 30% da unidade de Gondomar, 40% do Centro de Reabilitação e 30% do Porto.



91% dos elogios/loouvres apresentados pelos clientes foram relacionadas com as atitudes e comportamentos dos colaboradores e os restantes 9% com a participação.

DAS AÇÕES CORRETIVAS E PREVENTIVAS decorrentes de auditorias (Plano AC/AP)

De modo a ser dado o seguimento devido ao relatório produzido em cada auditoria, os keepers (guardiões dos princípios EQUASS) definiram e cooperaram na implementação do plano de ações corretivas e preventivas.

No ano de 2016 estiveram previstas 96 ações, das quais 80 foram concluídas, o que corresponde a 94% do plano.

Das restantes ações, duas não foram iniciadas e quatro foram iniciadas e encontram-se em acompanhamento.

CAPÍTULO IV RECURSOS HUMANOS

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

- a. Durante o primeiro semestre de 2016, foram recrutados:
 - i. 8 colaboradores para a UO de Gondomar;
 - ii. 22 colaboradores para a UO CR (inclui o CRI)
- b. Os dados de recrutamento e seleção indicam que a APPC se encontra empenhada em acompanhar os recursos humanos, conseguindo manter todos os postos de trabalho num período desfavorável da presente conjuntura económico-financeira.
- c. Foram integrados 52 voluntários durante 2016, número elevado de recrutamentos que corresponderam a momentos específicos decorrentes de programas de curta duração e também para voluntariado contínuo. A APPC mantém atualmente 35 voluntários na sua bolsa, elementos fundamentais para o desenvolvimento diário dos nossos serviços, investindo ao longo deste semestre, no acompanhamento dos mesmos.

QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

FORMAÇÃO INTERNA

Das ações previstas e executadas em 2016 ao nível da formação regista-se:

- i. Taxa de execução do Plano de Formação Interno foi de 93%
- ii. Taxa de execução do Plano de Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade foi de 100%

O plano formativo teve como principais destinatários os colaboradores (92% dos destinatários), sendo que os restantes destinatários (clientes, voluntários e outros externos à organização) apenas constituíram 0,08% (53 pessoas).

No que respeita aos objetivos estratégicos definidos para a formação e qualificação regista-se que:

- as formações em TIC, AVD e qualidade de vida destinadas ao colaboradores de apoio direto, foram frequentadas por 68% destes;
- 93% dos colaboradores de apoio indireto já frequentaram formação em TIC

PLANO DE MEDIDAS E OBJETIVOS EFR

Das medidas como Entidade Familiarmente Responsável, registaram-se os seguintes dados:

- i. A organização flexibiliza o horário dos colaboradores em função de necessidades pessoais/familiares inadiáveis.
- ii. Acesso às atividades desportivas do Gimnovilla - 8 colaboradores optaram por estes programas e usufruíram desta medida duas vezes por semana
- iii. A organização possibilita aos colaboradores trazerem os filhos para a instituição - 4 colaboradores usufruíram desta medida no CATL e JI, durante o período de pausas letivas.
- iv. Estatuto de trabalhador-estudante - 2 colaboradores usufruem desta medida, sendo um da UO Gondomar e outro da UO CRPCP

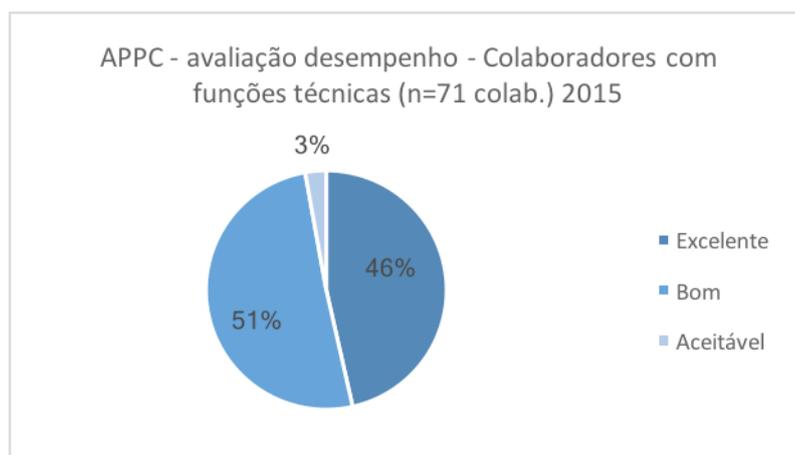
- v. Programa de Cessação Tabágica:
 - Nº de consultas realizadas: 17
 - Nº de pedidos de marcação de consulta: 2
 - Nº de pessoas em acompanhamento: 2
 - Nº de pessoas que já beneficiaram do acompanhamento: 6
 - Nº de pessoas que deixaram de fumar: ainda não deixaram de fumar, tendo diminuído o número de cigarros por dia

- vi. Programa Workout (ginástica laboral):
 - UO Gondomar: 6 participantes por semana
 - UO Porto: 8 participantes por semana (3 Delfim Maia + 5 Maceda)
 - UO CR: atividade cancelada por falta de participantes

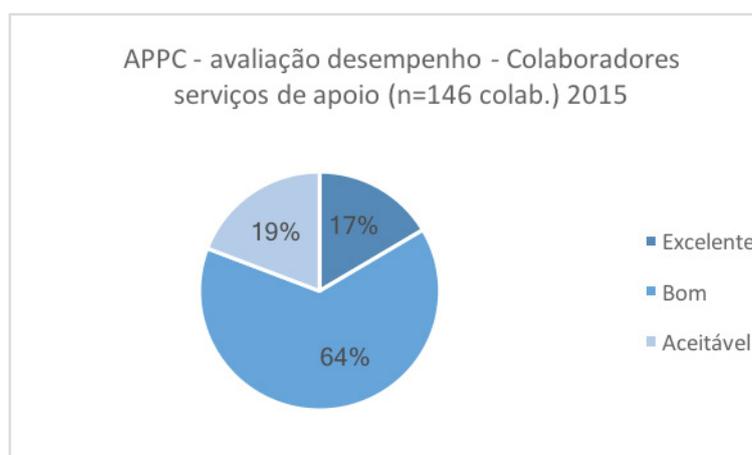
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Da avaliação de desempenho relativa ao ano de 2015 registam-se os seguintes resultados:

- i. Quadros técnicos - avaliados 71 colaboradores, com os seguintes resultados:



- ii. Serviços de apoio – avaliados 146 colaboradores, com os seguintes resultados:



HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

- a. Das 153 ações previstas no plano de HSST para o primeiro semestre foram realizadas 111, correspondendo a uma taxa de execução de 73%.
- b. Relativamente aos acidentes de trabalho foram registados:
 - i. Dezoito (18) na unidade do Porto;
 - ii. Dois (2) em Gondomar;
 - iii. Sete (7) no Centro de Reabilitação.
- c. Relativamente ao número de horas não trabalhadas por baixas médicas, acidentes de trabalho, licenças e estatuto de trabalhador estudante, salientam-se (inclui funcionários da carreira pública com destacamento):
 - iv. UO Porto - 8.918 horas de trabalho perdidas;
 - v. UO Gondomar - 12.600 horas de trabalho perdidas;
 - vi. UO CR - 25.256 horas de trabalho perdidas.

CAPÍTULO V MEIOS E MATERIAIS

AVALIAÇÃO DOS FORNECEDORES

Encontram-se avaliados 80 fornecedores, dos quais 74 têm pontuação igual a 100 pontos e 6 têm pontuação com menos de 100 pontos.

INFRA ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

O investimento em 2016 perfaz o valor de 77.300,38€ e refere-se essencialmente à aquisição de uma viatura adaptada (40.545€), equipamento informático (23.999,87€), remodelação do sistema de ar condicionado com aquisição de aparelhos instalados na Villa Urbana (5.005,21€), e equipamento médico, hospitalar e de reeducação (7.750,30€), que contribuem 4.995,05€ para o valor de amortizações de 155.247,83€.

Em conservação e reparação de edifícios e equipamentos o gasto em 2016 é de 83.454,81€; os contratos associados a esta rubrica perfazem atualmente o valor de 22.116,36€ (elevadores, ar condicionado, aquecimento, rede elétrica, equipamentos de cozinha/lavandaria, caldeiras/piscina) e o restante refere-se a reparações (p. ex. desumidificador, caldeira, bomba de injeção, ou seja relacionado com o aquecimento e piscina da Villa Urbana), remodelação das receções do Centro de Reabilitação e Gimnovilla, melhoramentos no sistema fotovoltaico, mão-de-obra e reparações/manutenções executadas durante o período de vigência, primeiro semestre, do contrato de manutenção para o edifício e equipamentos da Villa Urbana.

O gasto total nas rubricas eletricidade, gás e água é de 140.149,17€ o que representa uma diminuição geral de 16.492,06€ em relação ao ano anterior. Em 2016 verifica-se um aumento de 6,9% nos gastos com eletricidade, que se deve ao consumo no edifício Crpcp. A otimização do funcionamento dos painéis solares térmicos instalados na Villa Urbana permitiu uma diminuição de gastos na rubrica de gás em 20.429,48€, o que representa menos 30,16%. O gasto em água teve uma diminuição de 3,27% ou seja 705,34€.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

O balanço em 31 de Dezembro de 2016 tem um total de 5.793.620,65€ com um resultado líquido do período de (25.891,37€). A demonstração dos resultados reflete um total de gastos e perdas de 4.533.743,70€ e um total de rendimentos e ganhos de 4.507.852,33€.

Os gastos com o pessoal representam 73,6% e os fornecimentos e serviços externos 22,1% do total de gastos. Nos rendimentos é de referir as rubricas de participações e subsídios à exploração e prestações de serviços que revelam respetivamente 85,8% e 8,9% do total dos ganhos. As percentagens referidas são muito semelhantes às de ano anterior, com um total de gastos em 2016 muito próximo ao de 2015 e com rendimentos superiores em 2016 no valor de 78.107,20€.

A execução orçamental no que se refere ao total de gastos e de rendimentos foi executada praticamente na íntegra com uma variação nada significativa.

Os gastos de financiamento totalizam 6.358,99€ e referem-se a juros relativos a empréstimos bancários para a construção do jardim de infância, aquisição de veículos automóveis, energias renováveis, contratos relativos a máquinas fotocopiadoras e outros produtos financeiros (livrança, conta corrente caucionada).

Em 2016 a APPC pagou 62.233,05€ de juros e amortização de capital e em 2017 para os três empréstimos a decorrer pagará 38.099,82€.

Os gastos em projetos estão espelhados nas contas de gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, representando 11,03% do total de gastos da APPC; em 2015 10,4% e 2014 15,3%.

O orçamento da totalidade dos projetos perfaz 762.511,16€, com gastos de 500.166,04€ (mais 27.386,60€ que em ano anterior) o que resulta numa taxa média de execução de 65,59%, inferior à de 2015 que foi de 69,03%.

Em 2016 imputamos a projetos 115.112,17€ de despesas fixas (gastos com o pessoal, serviços de contabilidade, combustíveis e outras despesas gerais), o que significa um acréscimo substancial relativamente a 2015 em que foram contabilizadas 80.890,46€ de despesas fixas.

As despesas fixas imputadas a projetos representam 2,55% do total dos rendimentos da APPC, quando em 2015 foi de 1,8%.

O investimento em recursos humanos representa 73,6% do total de gastos e perdas (em 2015 foi de 73,9%), com um investimento médio mensal de 278.112,54€, sendo que o valor médio anual por trabalhador é de 15.101,13€.

Os dados apresentados contabilizam o número total de trabalhadores que se encontravam ao serviço da APPC em 31 de dezembro de 2016. Num total de 221 trabalhadores, 54 homens e 167 mulheres, em regime de trabalho dependente, 31 têm contrato a termo certo. Os trabalhadores com contrato a termo estão afetos aos serviços do CRI/ELI (19), Estágios (2), URD (1), CR (3), Cao ambulatório (1), Creche (1) e pessoal em substituição (4).

Os rendimentos relativos aos acordos com a segurança social perfazem a verba de 3.380.367,36€ que representa 75% do total dos rendimentos e ganhos, enquanto em ano transato é de 74,3% e em 2014 de 69,6%, o que demonstra uma maior dependência.

CAPÍTULO VI LEGISLAÇÃO

Mais recente legislação com impacto na gestão e prestação de serviços:

- a. Circular n.º 4 da DGSS - Comparticipações Familiares.
- b. Circular n.º 5 da DGSS, de 23 de dezembro - Implicação da variação de frequência dos utentes nas comparticipações da Segurança Social.
- c. Portaria n.º 28-A/2015 sobre o transporte não urgente de doentes.
- d. Portaria n.º 59/2015, de 2 de março, define as condições de organização, funcionamento e instalação de estabelecimentos residenciais, designados por lar residencial e residência autónoma.
- e. Portaria n.º 60/2015 - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Estabelece as condições de organização e funcionamento do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD).
- f. Portaria n.º 881/2007 de 8 de Agosto - Ministério do Trabalho e Segurança Social - aumento das comparticipações financeiras das respostas em equipamentos sociais, através do princípio definido no n.º 3 da cláusula 1.ª do Protocolo de Cooperação de 2006.
- g. Portaria n.º 65/2016 de 1 de abril - FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL - reposição da atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social e das pensões de aposentação, reforma, invalidez e outras atribuídas pela Caixa Geral de Aposentações, I. P.
- h. Lei n.º 6/2016 de 17 de março ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto- -Lei n.º 246/2015, de 20 de outubro (primeira alteração à Lei n.º 90/2009, de 31 de agosto, que aprova o regime especial de proteção na invalidez, e terceira alteração ao Decreto -Lei n.º 265/99, de 14 de julho, que cria o complemento por dependência).

CAPÍTULO VII ABREVIATURAS

- * AAD - ajudantes de ação direta
- * AAE - ajudantes de ação educativa
- * AO - ajudantes de ocupação
- * CAAApd - centro de atendimento, acompanhamento e animação para pessoas com deficiência
- * CAO - centro de atividades de ocupação
- * CAO Amb - centro de atividades de ocupação - ambulatório
- * CATL - centro de atividades de tempos livres
- * CC - centro comunitário
- * CR - centro de reabilitação
- * CRE - Centro de Recursos para o Emprego
- * CRI - Centro de Recursos para a Inclusão
- * CRPCP - centro de reabilitação de paralisia cerebral do porto
- * DM - Delfim Maia
- * EFR - Entidade Familiarmente Responsável
- * EI - empresa de inserção
- * EJ - Espaço Jovem
- * ELI - Equipas Locais de Intervenção Precoce
- * ET - equipa técnica
- * FP - funcionário público
- * GAM - grupos de ajuda mútua
- * Gdm - Gondomar
- * GIP - Gabinete de Inserção Profissional
- * HSST - higiene, saúde e segurança no trabalho
- * IEFPP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
- * JI - Jardim de Infância
- * Mac - Maceda
- * MOT - motoristas
- * N/A - Não aplicável
- * OM - oportunidade de melhoria
- * PAA - plano anual de atividades
- * PCDI - pessoas com deficiência e incapacidade
- * PI - plano individual
- * SA - serviços administrativos
- * SG - serviços gerais
- * SGQ - sistema de gestão da qualidade
- * STPD - serviço de transportes para pessoas com deficiência
- * TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
- * URD - unidade residencial definitiva
- * URT - unidade residencial temporária
- * VU - villa urbana

A APPC é membro da Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral e membro da International Cerebral Palsy Society

www.appc.pt  

